

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

RITA DE CÁSSIA DA ROCHA RODRIGUES

EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE
BANDEIRANTES DO TOCANTINS – TOCANTINS

BELÉM-PA

2021

Rita de Cássia da Rocha Rodrigues

EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NO
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES DO
TOCANTINS - TOCANTINS

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra Anny Karine de Medeiros

Belém - PA

2021

Ficha Catalográfica

RODRIGUES, Rita de Cássia da Rocha
Evasão escolar no ensino médio no município de
Bandeirantes do Tocantins - Tocantins / Rita de Cássia
da Rocha Rodrigues. São Paulo: FLACSO/FPA, 2021.

f.:84

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas
Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências
Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado,
Gobierno y Políticas Públicas, ano.

Orientadora: Anny Karine de Medeiros

Rita de Cássia da Rocha Rodrigues

EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NO
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES DO
TOCANTINS - TOCANTINS

Dissertação apresentada ao curso
Maestría Estado, Gobierno y Políticas
Públicas, Faculdade Latino-Americana de
Ciências Sociais, Fundação Perseu
Abramo, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de
Magíster en Estado, Gobierno y Políticas
Públicas.

Aprovada em 06/08/2021

Profa. Dr^a. Anny Karine de Medeiros
FLACSO Brasil/FPA

Prof. Dr. Alexandre Lalau Guerra
FLACSO Brasil

Prof. Ms. Renato Eliseu Costa
FLACSO Brasil

Profa. Ma. Luana Forlini (suplente)
FLACSO Brasil

Dedico esta dissertação a minha família: meu porto seguro. Meu marido, Evangelista (Neguim) companheiro de sempre, inclusive das incansáveis idas e vindas pela Belém Brasília (mais de 800km) em busca de conhecimento. Minhas filhas: Ana Júlia e Ana Raíssa que além de suportarem minha ausência ainda incentivam a prosseguir. A minha mãe Marta mulher de rocha a quem em minhas ausências entrego meus bens mais preciosos (as filhas). E ainda a todos os meus familiares e amigos que me apoiam na busca dessa realização.

AGRADECIMENTOS

À Deus pela dádiva da vida, pela energia e disposição de ir em busca do que almejo, pelas portas que se abrem no seu devido tempo. E ainda pelas dificuldades vencidas, pela proteção e por todas as pessoas de luz que tenho encontrado ao longo do caminhar.

À minha amada Família pelas orações a meu favor, por entender minha ausência nos momentos de estudo, pelo cuidado e zelo com os compromissos das minhas filhas quando eu não podia está presente, pela torcida positiva de sucesso na realização do curso.

A minha querida comunidade (Bandeirantes do Tocantins), pela oportunidade que me deste de representa-los junto ao poder legislativo de onde nasceu meu interesse pelas polítcas públas e minha admiração pelas lutas da classe trabalhadora, comunidade que fui acolhida ainda criança juntamente com meus dois irmão Luis Antonio e Clewton (in memória) e meus pais, que me viu crescer e a quem dedico prazeirozamente minha força de trabalho como professora, trabalho o qual sempre busco conhecimento para aplimora-lo, cidadezinha que dentro dela acomoda tantas pessoas que gostam de mim, pelas quais tenho respeito.

Aos mestres com carinho, pela sabedoria com que conduzistes seu trabalho, pelas quantas vezes que pacientemente reabriram a plataforma para prorrogar os prazos de postagens das atividades, pelas re da **recuperação** tiveram que planejar para não nos perder pelos caminhos. Foi maravinhoso caminhar com vocês esse percurso.

Aos colegas de trabalho e da turma, pelos momentos felizes e pelos desafios que juntos vivenciamos, por compartilhar o sonho de um mudo mais justo e igualitário.

À minha orientadora, que com zelo conduziu pacientemente todo trajeto sem deixar que a distância geográfica prejudicasse nosso objetivo. Sua participação foi de suma importância na concretização desta etapa!

A vida é feito andar de bicicleta
Se parar você cai
Vai em frente sem parar, que a parada é suicida
Porque a vida é muito curta e a estrada é comprida
Você sobe e você desce na escada da vida
E às vezes parece que a batalha tá perdida
E que você voltou pro ponto de partida
Vai à luta, levanta, revida...

Poema: Sem parar

Autor: Gabriel, o Pensador

RESUMO

O objetivo central do presente trabalho é a busca da construção de um projeto capaz de superar os processos históricos de exclusão e evasão escolar, relacionadas às questões da falta de efetividade das políticas públicas eficazes nas escolas para com o jovem em idade escolar. Nesse sentido, o trabalho buscou fazer uma abordagem sobre as temáticas qualidade do ensino no campo das políticas públicas, articulando-o as causas da evasão escolar no Ensino Médio. E assim, fazer o debate sobre o papel da escola dentro de uma perspectiva inclusiva, compreendida aqui como modalidade que busca ofertar atendimento de qualidade ao aluno dentro do contexto da diversidade, buscando avaliar, assim, a ampliação dos direitos à educação com destaque aos processos de regulação e regulamentação, fruto das demandas da sociedade civil e política, no tocante a educação pública no Brasil. Apesar disso, explicar as causas do fracasso nos leva a vários fatores que vão desde as características individuais dos alunos, as condições familiares, a interação professor-aluno, aspectos internos e estruturais da organização escolar, etc. Considerando a realidade vivenciada pelos professores da Escola Estadual Arcelino Francisco do Nascimento no município de Bandeirantes do Tocantins bem como a literatura sobre essa temática alguns questionamentos se apresentam: O que levam os alunos a não concluírem o ano letivo no ensino médio? Qual a visão dos trabalhadores sobre as causas da evasão escolar? E como fazer para que os educandos permaneçam nas escolas, sem precisarem abandonar a sala de aula? A partir desses questionamentos, o problema central da pesquisa pode ser formulado da seguinte maneira: Quais são os fatores que influenciam alunos do ensino médio da Escola Estadual Arcelino Francisco do Nascimento a desistirem de concluir o ano letivo? Contudo, a investigação, ao unir a pesquisa bibliográfica com a pesquisa-ação, dentro da abordagem quantitativa e qualitativa, elucidou a dinâmica do trabalho que uma escola pública do interior do Estado do Tocantins vem desenvolvendo no combate à problemática em questão. Por fim, a pesquisa revelou que tanto a escola quanto a família, se perdem na dimensão e na complexidade das relações sociais internas e externas que interferem no processo socioeducativo do indivíduo.

Palavras-chaves: Evasão escolar no ensino médio. Inclusão. Currículo. Políticas públicas.

ABSTRACT

The main objective of this work is the search for the construction of a project capable of overcoming the historical processes of exclusion and school dropout, related to issues of ineffectiveness of affective public policies in schools for young people of school age. In the sense, the work sought to approach the themes of teaching quality in the field public policies, linking it to the causes of school dropout in high school. And so, to debate the role of the school within an inclusive perspective, understood here as a modality that seeks to offer quality care to the student within the context of diversity, seeking to assess, thus, the expansion of rights to education with emphasis on processes of regulation and regulation, as a result of the demands of civil and political society, with regard to public education in Brazil. Despite this, explaining the causes of failure leads us to several factors that range from the individual characteristics of students, family conditions, teacher-student interaction, internal and structural aspects of the school organization, etc. Considering the reality experienced by teachers at Arcelino Francisco do Nascimento State Schooling the city of Bandeirantes do Tocantins, as well as the literature on this topic, some questions arise: What makes students not complete the school? What is the view of workers about the causes of school dropout? And how can students stay in schools without having to leave the classroom? Based on these questions, the central problem of the research can be formulated as follows: What are the factors that influence high school students at the Arcelino Francisco do Nascimento State School to give up on completing the school year? However, the investigation, by uniting bibliographical research with action research, within a quantitative and qualitative approach, elucidated the dynamics of the work that a public school in the interior of the State of Tocantins has been developing in combating the problem in question. Finally, the research revealed that both the school and the family are lost in the dimension and complexity of the internal and external social relationships that interfere in the individual's socio-educational process.

Key words: School dropout in high school. Inclusion. Resume. Public policy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – ABANDONO EM 2017.....	62
Gráfico 2 - ABANDONO EM 2018.....	63
Gráfico 3 – ABANDONO EM 2019.....	64
Gráfico 4 – DISCIPLINA COM MAIOR CARGA HORÁRIA	67
Gráfico 5 – NA SUA OPINIÃO, PARA ERADICAR A EVASÃO FAZ-SE NECESSÁRIO.....	67
Gráfico 6 – SITUAÇÃO QUE MELHOR IDENTIFICA A DESISTÊNCIA.....	69
Gráfico 7 – QUANTO AO SEXO.....	73
Gráfico 8 – MOTIVOS DA EVASÃO.....	74

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – EDUCAÇÃO, DESIGUALDADES SOCIAIS E EMANCIPAÇÃO	21
CAPÍTULO 2 – DESAFIOS DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL	33
2.1 Concepção de aprendizagem	33
2.2 Desafios da aprendizagem	35
2.3 Superando dificuldades de aprendizagem	38
2.4 Alguns fatores que influenciam as dificuldades de aprendizagem	41
2.5 Motivação da aprendizagem	43
CAPÍTULO 3 – EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A FUNÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA ..	47
3.1 Políticas públicas para diversidade sexual nas escolas.....	50
CAPÍTULO 4 – EVASÃO ESCOLAR VERSUS EDUCAÇÃO INCLUSIVA	53
4.1 Entendendo a evasão escolar.....	53
4.2 Entendendo a educação inclusiva	57
CAPÍTULO 5 – PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS	58
CAPÍTULO 6 – A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MEDIO DA ESCOLA ESTADUAL ARCELINO FRANCISCO DO NASCIMENTO NO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES DO TOCANTINS - TO	60
6.1 Caracterização do município e da escola.....	60
6.2 Análise e interpretação dos dados.....	60
6.2.1 Análise do questionário 1 – Secretaria da escola	61
6.2.2 Análise do questionário 2 – corpo docente	66
6.2.3 Análise do questionário 3 – público alvo da evasão	72
7 – CONCLUSÃO	75
8 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80

INTRODUÇÃO

A construção histórica da sociedade brasileira, marcada pela miséria e por profundas desigualdades sociais, vem se reproduzindo ao longo dos nossos mais de 500 anos de existência como nação. Em consequência disso tudo, o campo da educação formal propiciou o surgimento de inúmeras e diversificadas formas de intervenções educativas no campo social no pós-guerra mundial.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no Brasil, se deu no governo de João Goulart o qual assume a presidência na condição de vice após renúncia de Jânio Quadros (o presidente mais votado da história do Brasil até então), em agosto de 1961. Nesta Lei (4.024/61), cujo lema foi Princípios de liberdade e solidariedade, registra-se educação pública a ser ofertado pela União, a qual injetava mínimo de 12% da arrecadação e seus impostos e pelos Estados com participação de 20%, com ensino primário de quatro séries anuais, obrigatório a partir dos 7 anos de idade (exceto: pobreza comprovada do pai ou responsável pela criança; insuficiência de escolas; matrículas encerradas para aquele ano pelas unidades de ensino e crianças com anomalias ou doenças graves.). O ensino médio dividido em dois ciclos: ginásial com quatro séries anuais e colegial ou técnico com três.

Neste período mães que precisavam trabalhar realizavam o pré-primário de seus filhos por iniciativas próprias e/ou em cooperação com poderes públicos. Movimentos populares foram fortalecidos. Por adotar uma política mais independente do apoio das superpotências da Guerra Fria, aproximando-se do socialismo, gerou descontentamentos entre lideranças militares e econômicas. O que culminou no golpe militar de 31 de março de 1964.

Com a escolha do Presidente pelos militares, assumiu Humberto Castelo Branco. Houve fechamento do Congresso, extinção de partidos contrários, censura à imprensa, retirada de direitos trabalhistas e cortes de gastos públicos. Um retrocesso para o já precário sistema educacional, apesar de a LDB ter adquirido uma nova versão neste período, a Lei nº 5.692/1971, publicando ensino primário - 1º grau com oito anos letivos, gratuito e obrigatório para crianças de 7 a 14 anos de idade. Ensino médio – 2º grau com três ou quatro anos de duração, com direito a bolsas de estudos para aqueles que comprovassem indisposição de recursos e não registrassem repetências em seu histórico. Insere aconselhamento profissional, admite alunos com

deficiência, abrange exames supletivos para maior de 18 anos no 1º grau e maior de 21 no 2º grau e autoriza estágios nas empresas (sem vínculo empregatício e opcional quanto a remuneração) em consonância com as unidades de ensino, mas continua ausência de políticas acolhedora para os filhos da classe trabalhadora de acesso e permanência nas instituições de ensino. O fim da ditadura militar se deu em 1985 com o Presidente João Figueiredo o qual teve destaque com a Lei da anistia e autorização para criação de novos partidos políticos.

Ainda pelo voto indireto (apesar da aclamação popular pelas eleições direta), Tancredo Neves se elege presidente do Brasil, porém adoece antes da posse vindo a óbito em abril de 1985, assumindo o mandato seu vice José Sarney. Com a economia em crise, alto índice de desemprego e um analfabetismo, que segundo IBGE atingia 25% da população com mais de 15 anos, com objetivo de minimizar a situação extingue-se o Mobral e a alfabetização de jovens e adultos ganha em parcerias com empresas, governos estaduais e prefeituras uma nova roupagem: a Fundação Educar, responsável pela redução para 18% nos índices do analfabetismo. A nova Constituição do Brasil é aprovada, implanta-se neste período mesmo que sem sucesso o Plano Cruzado, pois congela preços e salários, mas os juros disparam.

O primeiro presidente eleito com o voto popular, Fernando Collor de Mello, se elege propagando combater a inflação e a corrupção. Pela fusão de dois programas; Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS e Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, cria sob decreto 99.350 o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS. Renuncia após dois anos (1990-1992), depois de sofrer impeachment em meios a escândalos de corrupção em seu mandato. Deixando como marca de seu governo insatisfação popular por confiscar dinheiro do povo creditados na conta poupança, por aumentar tarifas e congelar salários. Com desemprego em alta assume então a presidência da República seu vice Itamar Franco, realiza plebiscito popular ao sistema político (república ou presidencialismo) e com auxílio do então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso estabiliza a economia com a criação do Plano Real.

Este conquistou credibilidade populacional e se elege por duas vezes Presidente do Brasil (1995-2002). Período de altas taxas de desemprego, (dos 49% contratados formalmente, 41% são assalariados. 24,8% trabalhadores na informalidade IBGE/PNAD 2001), e das privatizações. Sanciona a nova LDB sob Lei nº 9.394/96, alcança exitosos avanços na redução do analfabetismo, melhorias na

escolaridade no nível médio, eleva a expectativa de vida, avanços tecnológicos no campo e na saúde acontecem. Implantou programas como: luz no campo, bolsa escola, auxílio gás, bolsa alimentação, PRONAF e FIES.

Entretanto, foi a partir de 2003 com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o Brasil obteve visibilidade mundial para as políticas de bem-estar social, pois saiu da lista da Organização das Nações Unidas (ONU) como países que integrara o mapa da fome. Manutenção da estabilidade econômica, assumiu o país com inflação de 12,53% e entregou a 5,90%, segundo site oficial www.brasil.gov.br. Maior democratização do acesso ao Ensino Básico e superior, foram criadas novas Universidades e implementado o sistema de cotas, reduzindo desigualdades sociais, quedas nos índices de desemprego e valorização do salário mínimo. O site palácio do planalto <https://www.gov.br>, informa que neste período foram criados 11 programas com destaque para educação, saúde, alimentação e moradia. São eles: bolsa atleta, bolsa família, bolsa estiagem, água para todos, programa nacional de acesso a alimentação, programa Brasil alfabetizado, PROUNI, Projovem, Brasil sorridente, tarifa social de energia elétrica e minha casa minha vida. Apesar de ter registrado em seu governo escândalos de corrupção, deixa o governo com popularidade de 83% conforme o Datafolha.

Em 2011 Dilma Rousseff é eleita primeira mulher a governar o Brasil. Dá prosseguimentos a programas anteriores e cria o Brasil carinhoso, bolsa verde, luz para todos, mais médico, Pronatec e SISU que consequentemente amplia números de vagas para os jovens universitário. Sofre impeachment em seu segundo mandato por suposto crime de responsabilidade fiscal. A partir de maio de 2016, voltado aos interesses da elite assume seu vice Michel Temer. Houve interrupção, supressão ou redirecionamento de políticas educacionais em desenvolvimento desde 2002, com a Emenda Constitucional nº 95/2015, a qual limita gastos públicos por 20 anos, impactando as metas do Plano Nacional de Educação - PNE em vigor até 2024. Aprova a Base Nacional Comum Curricular -BNCC e atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN. Criticada por especialistas aos quais a chamam de contrarreforma da educação. O desemprego avança a mais de 13% ao deixar a presidência marca a maior rejeição da história, com apenas 4% de credibilidade, diz Ibope em 24/06/2018.

Primando pelo conservadorismo, Jair Messias Bolsonaro assume a presidência do Brasil em 2019, continuidade de silêncio nos debates em busca da qualidade do

Ensino da educação pública, que vai desde abandono de políticas educacionais anteriores a redução de recursos nas instituições de ensino, na tecnologia e nas ciências, situação agravada pela pandemia do COVID-19, reconhecida pelo decreto de Estado de Calamidade Pública a partir de março de 2020. Escolas fechadas com ensino remoto (homeschooling) ficando visível o aprofundamento das desigualdades, desassistência de crianças e jovens na sua maioria sem equipamentos e sem internet para realização de atividades educacionais a distância, prejuízos incalculáveis para aqueles que mais precisam da educação pública.

Record aos índices de abstenção nas provas ENEM 2020 e segundo INEP 42% dos alunos com direito a isenção da taxa deixaram de se inscrever. Sendo que o exame desde 2019 é ferramenta de acesso ao nível superior através do SISU, PROUNI e FIES. A falta de seguimentos também se dá pela troca de Ministros, pois com dois anos e meio de gestão, a educação conta com o quinto ministro em sua pasta. A crise agravada pela pandemia trouxe consigo: o negacionismo do presidente quanto a gravidade do vírus, inflação, congelamento de salários, preços altos, privatização dos correios e outros, crise energética, desemprego e o escândalo da CPI das vacinas.

Os desafios pela permanência com qualidade na educação brasileira tornando-se ainda maiores para anos vindouros. Após a adoção do modelo do Estado Neoliberal no Brasil, ocorreu um movimento contrário na busca por uma educação emancipadora. Isso porque esse modelo restringe investimentos do Estado em políticas públicas e joga para o mercado a incumbência disso; o que ocasiona um distanciamento do Estado brasileiro com suas responsabilidades pelas políticas sociais e o combate às desigualdades sociais. Contudo, as políticas do Estado-Mínimo têm-se mostrado descontextualizadas e dissociadas de pressupostos emancipatórios, configurando-se em ações pontuais que apenas respaldam e legitimam a visão hegemônica da sociedade burguesa.

Em face disso tudo, a evasão é uma situação problemática que desencadeia uma série de determinantes sociais na vida dos sujeitos, que se traduz tanto no fracasso do estudante, como no fracasso da própria instituição. Em outras palavras, o fracasso escolar apresenta resultados de repetição, e esta gera a evasão escolar, ou faz com que o aluno alcance o ensino médio sem as devidas habilidades e competências, acarretando a insegurança, a desmotivação e, conseqüentemente o abandono dos estudos seguintes.

Depreende-se disso que o combate à evasão escolar tem sido tarefa árdua aos profissionais em educação nesses tempos de avanços do desemprego e das desigualdades no nosso país, retiradas de direitos e ataques às instituições de ensino público, além da tentativa de cerceamento à liberdade de cátedra tem nos levado de forma lenta e gradual a um distanciamento real do conhecimento e dos fundamentos político, filosófico, pedagógico e sociológico, tanto da especificidade da educação como um direito, como do papel da escola no atual momento. Corroboram com o fracasso escolar a desestruturação familiar, a ausência de políticas públicas adequadas, o desemprego, a desnutrição, a escola, o ensino que não oferece qualidade adequada, a estrutura do sistema de ensino, o próprio desinteresse do aluno, a gravidez na adolescência, fatores econômicos, a motivação do professor em sala de aula, etc.

Ao buscar compreender o processo de evasão escolar e identificar os possíveis fatores que a legitima, a pesquisa busca revelar que tanto a escola quanto a família, se perdem na dimensão e na complexidade das relações sociais internas e externas que interferem no processo socioeducativo do indivíduo. Nesse sentido, podemos relacionar às dificuldades socioeconômicas das famílias, a falta de interesse dos educandos, a falta de políticas efetivas para a permanência do aluno com sucesso no ensino médio, a falta de mais empenho por parte dos profissionais da educação, dentre outros fatores, ao abandono da escola por alunos do ensino médio; uma vez que há casos daqueles que, apesar de participar e desenvolver com facilidade as atividades escolares, também abandona a escola.

Destarte, a evasão escolar é um problema presente na educação básica pública. E por ser considerado um tema presente e complexo, é que nos motivou a questionar o porquê que tantas pessoas são obrigadas a pararem de estudar. Assim, por ser considerado um grande desafio a ser superado na educação pública, o presente trabalho tem como finalidade realizar análises e reflexões acerca das causas e consequências da evasão escolar.

Desta forma, buscou-se analisar as faces que levam à evasão escolar, com foco na educação básica formal necessária para o cumprimento das etapas de ensino no que se refere ao acesso, permanência e sucesso na escola; como também, na contribuição de soluções capazes de ampliar as possibilidades de mudanças de perspectivas na vida dos sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade

socioeconômica, moradores de comunidades periféricas cujos direitos sociais são negados cotidianamente.

Assim sendo, a investigação no âmbito da evasão escolar, procurou-se compreender a dinâmica do trabalho que uma escola pública do interior do Estado do Tocantins vem desenvolvendo no combate à problemática em questão, mais precisamente no favorecimento de práticas emancipatórias de indivíduos, cujas famílias buscam essas organizações como alternativa para o estreitamento das vulnerabilidades sociais. Sobretudo no entendimento de que o estímulo à emancipação humana perpassa pelo compromisso de transformação social via projeto educativo emancipatório. Tudo isso se torna um contributo como possibilidade de mudança social.

Diante de tudo isso, é de extrema urgência a necessidade do fortalecimento de um projeto de ensino que dê conta de entender e minimizar ao máximo essas problemáticas. Por conseguinte, a pesquisa se justifica pelas dificuldades encontradas entre alunos em idade escolar do ensino médio no município de Bandeirantes do Tocantins, em se manterem na escola objetivando conclusão do ano letivo.

Para a elaboração do trabalho fez-se necessário o entrelaçamento da pesquisa bibliográfica com a pesquisa-ação dentro da abordagem quantitativa e qualitativa, por entender a importância do aprofundamento da compreensão dos fatores que levam a evasão escolar. Em decorrência disso, o objetivo da pesquisa é analisar a evasão escolar e as causas/motivos/razões que levam alunos do ensino médio a não concluir o ano letivo, assim como, identificar junto às secretarias da unidade escolar quantos alunos desistiram nas turmas do ensino médio nos anos de 2017, 2018 e 2019, como também identificar os alunos evadidos e a concepção de educação praticada pela escola e por fim, analisar a visão dos professores sobre a evasão e o fracasso escolar.

Para a sistematização da pesquisa foi necessário o entrelaçamento da pesquisa bibliográfica com a pesquisa-ação dentro das abordagens qualitativa e quantitativa. Em vista disso, a pesquisa bibliográfica como etapa inicial do trabalho teve como objetivo reunir as informações e dados que serviram de base para a construção da investigação proposta. Logo, a bibliografia abordada enfatizou a importância do ensino formal como instrumento potencializador dos objetivos educacionais.

Ao avaliar relação entre as práticas educacionais e a finalidade da educação utilizamos a pesquisa qualitativa no sentido de penetrar na raiz de significados que

envolvem o objeto de estudo. Assim, a pesquisa qualitativa, por meio do estudo de caso, foi a abordagem utilizada para se chegar aos objetivos da pesquisa, tendo como campo de investigação uma escola pública, no município de Bandeirantes no estado do Tocantins.

À vista disso, realizou-se visitas institucional e domiciliar, análise documental da instituição envolvida, realização de entrevistas, sistematização dos dados coletados por meio de construção de matriz analítica e análise dos resultados obtidos à luz do referencial teórico. Quanto a análise das informações obtidas por meio das entrevistas aplicadas, utilizou-se a análise de conteúdo, devido a sua descrição analítica que permitiu encontrar significações na temática pesquisada. Nessa lógica, o tratamento das informações necessitou de análise dos seus significantes, e o tratamento descritivo permitiu caracterizar de maneira sistemática e objetiva para se chegar ao entendimento da natureza da investigação e a força dos sujeitos submetidos a esse processo.

Desse modo, o primeiro capítulo **“Educação, Desigualdades Sociais e Emancipação”** discutiu sobre a universalização do direito à educação pública de qualidade, contextualizando os aspectos alusivos ao direito à educação tendo como período de análise o processo de redemocratização no Brasil ocorrido no final dos anos de 1980 e a partir da Constituição Federal de 1988 – CF (BRASIL, 1988). Portanto, leva-se em consideração a distância entre suas suposições legais e sua repercussão em práticas, especialmente aquelas relacionadas aos direitos de cidadãos, como a educação por exemplo. Sendo assim, fez-se necessário o aprofundamento teórico sobre a compreensão dos condicionantes das desigualdades sociais vivenciadas pelo corpo discente em uma realidade na qual são reproduzidas todo tipo de injustiça e desvalorização da educação pública, que potencializam ainda mais o processo de exclusão social no nosso país.

No capítulo seguinte, intitulado **“Desafios da Aprendizagem na Educação Infantil”**, teve como finalidade fazer uma análise sobre como se dá o processo de construção do conhecimento, nos estágios em que o sujeito se encontra na transição entre a educação informal e a educação formal, sobretudo na educação infantil. Dessa maneira, à luz de um referencial teórico progressista, buscou-se compreender os fenômenos que caracterizam essa etapa do desenvolvimento da aprendizagem, bem como suas consequências futuras.

Adiante, no capítulo terceiro analisou e discutiu a concepção de “**Educação Inclusiva e a Função Social da Escola Pública**” como pressuposto de um programa educativo que favoreça a formação do indivíduo, que respeita e faz respeitar os direitos humanos na sua plenitude. Nesse sentido, partiu-se do pressuposto que a educação inclusiva e a função social da escola têm como papel fundamental suscitar nos educandos a capacidade de reflexão e de crítica, bem como a aquisição do saber, o acolhimento ao próximo, a capacidade de encarar os problemas da vida. Ou seja, transformar o sujeito em cidadão pleno.

Já o quarto capítulo denominado “**Evasão Escolar versus Educação Inclusiva**”, apresenta uma discussão acerca da evasão escolar apontando as possíveis causas individuais e sociais, assim como abrindo a discussão acerca das mediadas que podem ser adotadas para minimizar essa problemática da nossa educação. Contudo, discutiu-se a relação da evasão escolar com os demais problemas sociais do Brasil.

O capítulo seguinte traz à luz sobre “**Os Procedimentos Metodológicos**” adotados na pesquisa, com o objetivo de explicitar e analisar as estratégias metodológicas adotadas para a pesquisa, a contribuição epistêmica, documentos institucionais, entrevistas e sistematização das informações coletadas.

No capítulo sexto, foi apresentado os resultados da pesquisa sobre os fatores que levam “**A Evasão Escolar no Ensino Médio na Escola Estadual Francisco do Nascimento**”, nos anos de 2017, 2018 e 2019. Contudo, foi possível apontar as principais causas e destacar que o fracasso escolar, tanto no município de Bandeirantes do Tocantins, como nos demais municípios brasileiros, é considerada um dos graves problemas do sistema escolar brasileiro, principalmente entre as camadas carentes da sociedade, além de ter relação direta com o grande número de reprovações nos anos iniciais do fundamental, assim como no ensino médio.

Por fim, ao buscar a compressão das causas da evasão escolar e identificar os possíveis fatores que a legitima, seja do ponto de vista dos profissionais da educação, seja na ótica dos alunos, o estudo concluiu que tanto a escola, representando o Estado, quanto a família, se perdem na dimensão e na complexidade das relações sociais internas e externas que interferem no processo socioeducativo dos sujeitos. Assim sendo, pode-se afirmar que para combater a evasão, é necessária uma ação imediata que desenvolva um projeto educativo que busque resgatar o aluno evadido para que este volte para sala de aula e estude de forma prazerosa. Ressalta-se que

a presente pesquisa busca um ponto de reflexão acerca da atual condição da educação no país, fazendo uso de teóricos e estudiosos da área para ilustrar um posicionamento frente a essa grande fragilidade na educação que é a evasão dos alunos em todos os níveis educacionais, mas, principalmente na educação básica.

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO, DESIGUALDADES SOCIAIS E EMANCIPAÇÃO

O presente capítulo tem o objetivo de contextualizar aspectos referentes ao direito à educação tendo como período de análise o processo de redemocratização no Brasil ocorrido no final dos anos de 1980 e a partir da Constituição Federal de 1988 – CF (BRASIL, 1988). Portanto, leva-se em consideração a distância entre suas suposições legais e sua repercussão em práticas, especialmente aquelas relacionadas aos direitos de cidadãos, como a educação por exemplo.

Nesse sentido, ao discutir a universalização do direito, estamos nos referindo à sua efetivação por meio do acesso, igualdade e justiça. Todavia, para que esses elementos sejam introduzidos no contexto educacional formal, faz-se necessário, ampliar o entendimento das desigualdades sociais vivenciadas pelo corpo discente em uma realidade na qual são reproduzidas todo tipo de injustiça e desvalorização da educação pública, que vem dificultando, no âmbito escolar, os processos emancipatórios dos sujeitos e, assim, potencializando ainda mais o processo de exclusão social no nosso país.

O conceito ampliado de a educação configura-se para além da dimensão escolar de aprendizagem. Isso significa que há um conjunto de fatores sociais, culturais, econômicos e políticos que, ao ser incorporados ao processo formal, enriquece a sua importância na vida do indivíduo promovem a emancipação humana. Por esse ângulo, Brandão (2007) destaca que pelo fato da educação está presente em todos os espaços, ninguém escapa dela. Ou seja, a educação acontece em casa, na praça, na igreja e na escola. De um modo geral está envolvida em vários espaços, e é através dela o indivíduo aprende e ensina numa relação mútua e recíproca entre os estímulos cognitivo e o meio. Nessa lógica, o autor discorre:

Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações. E já que pelo menos por isso sempre achamos que temos alguma coisa a dizer sobre a educação que nos invade a vida (BRANDÃO 2007, P. 7-8).

Assim sendo, a educação em suas diversas modalidades é um instrumento necessário e importante para a aquisição de conhecimento e, conseqüentemente, para superação das desigualdades e das injustiças sociais. Conforme bem frisado por Paulo Freire:

a educação tem sentido porque o mundo não é necessariamente isto ou aquilo, porque os seres humanos são tão projetos quanto podem ter projetos para o mundo. A educação tem sentido porque mulheres e homens aprenderam que é aprendendo que se fazem e se refazem, porque mulheres e homens se puderam assumir como seres capazes de saber, de saber que não sabem. De saber melhor o que já sabem, de saber o que ainda não sabem. A educação tem sentido porque, para serem, mulheres e homens precisam estar sendo. Se mulheres e homens simplesmente fossem, não haveriam porque falar em educação. (FREIRE 2000, p.20).

Sendo assim, a educação enquanto função social historicamente construída pela humanidade, assume características que tornam o ser humano, por si uma natureza inacabada, e passa a constituir-se a partir da sua existência. Corroborando com isso, Pinto (2000), destaca que a sociedade é configurada por experiências individuais aos homens e, por meio delas, que ela se apresenta em constante construção ao longo de sua existência por meio de conhecimentos. Nas suas palavras:

[...] a sociedade cria o homem para si, mas sendo o homem um ser livre e criador por suas faculdades intelectuais de cultura, produz as inovações técnicas, artísticas, as ideias originais que descobre são incorporadas à cultura geral do grupo e logo transmitidas a outros indivíduos da mesma ou das gerações seguintes, que não as descobriram. (PINTO 2000, p. 40)

Todavia, faz-se necessário uma reflexão aprofundada acerca da educação. Isso significa dizer que a educação é mais a mera transmissão de recortes do conhecimento; ela é, sobretudo, um processo de transmissão e construção do conhecimento que lava o sujeito a ser capaz de realizar uma análise crítica da realidade e, assim agir sobre essa realidade buscando transformá-la. Do ponto de vista de Saviani (2000), a educação é um processo que favorece as camadas populares sobre o aspecto de conscientização da prática social, sendo desenvolvida dialeticamente na relação teoria e prática. Todavia, deve-se valorizar a busca de uma prática renovadora dentro do contexto sócio histórico valorizando, assim, a passagem do conteúdo, a aquisição do conhecimento e, especialmente, a transformação da prática social.

No que se refere a educação formal como direito, seus aspectos legais são destacados no artigo 205 da CF, onde está evidenciado que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Fica explícito nesse artigo que a educação formal possui um teor importantíssimo na vida dos sujeitos, porém é importante destacar que a sua

efetivação deve ter como mola propulsora muito investimentos sobretudo por parte do Estado, na promoção da educação pública. Acrescenta-se a isso, o artigo 6º da CF - 1988, destaca que:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição". (BRASIL, 1988).

Cury (2008), por sua vez, reforça que artigo 6º da CF, apresenta a educação como o primeiro dos direitos sociais, e como sendo dever do Estado, nascem obrigações que devem respeitadas e efetivadas, sendo a educação criada como um bem público e de caráter próprio, e por ela em si ser cidadã implica o exercício consciente da cidadania, sendo um direito juridicamente protegido.

Todavia, fazer tudo isso se tornar direito de todos, é fundamental que haja muito investimento em políticas públicas para a educação. É isso que está implícito na Constituição. É dessa garantia que a educação escolar é proclamada direito. Dela se espera a abertura, além de si, para outras dimensões da cidadania e da petição de novos direitos. (CURY 2008, p. 297).

Diante disso, fica bastante claro que a garantia do direito à educação carece de esforços que visam ao desenvolvimento da cidadania, e a partir dela se pressupões a garantia dos direitos (civis, políticos e sociais), sendo, segundo Nascimento (2018, p. 218), sua abrangência comprometida através de uma dimensão de sociedade/coletividade.

De acordo com Araújo o direito à educação pode ser visto sobre dois aspectos:

[...] a oportunidade de acesso e a possibilidade de permanência na escola, mediante educação com nível de qualidade semelhante para todos [...] o direito à educação traz elementos que potencializam a emancipação, tanto do ponto de vista individual quanto social, além do que pressupõe um papel ativo do Estado, o qual é responsável pela formulação como execução das políticas públicas. (2011, p. 287).

Portanto, diferentemente de outros direitos sociais, o direito a educação está diretamente vinculado à obrigatoriedade escolar. Depreende-se disso que todos os cidadãos podem escolher entre fazer o uso ou não dos demais direitos sociais; contudo, a educação é obrigatória porque o indivíduo pequeno não está apto a encontrar condições de negociar se querem ou não recebê-la e de que forma precisa recebê-la. Nesse sentido, a educação é, simultaneamente, um direito e uma obrigação. Assim, conforme Horta (apud ARAÚJO 2011, p. 287), o direito de não fazer uso dos serviços educacionais não está colocado como possibilidade e a perspectiva

emancipatória não está colocada como ponto de partida e, sim, como ponto de chegada. Daí a relação estreita entre direito à educação e educação obrigatória.

O recorte acima evidencia que a ampliação da obrigatoriedade na educação é de suma importância na superação do cenário de exclusão que marca nossa sociedade; logo a ampliação de sua obrigação remete a um instrumento que permite a educação não ser um privilégio de poucos e sim que todos tenham acesso independente de sua condição social, econômica ou cultural.

O artigo 208 da CF/1988 destaca a obrigatoriedade do direito à educação, da seguinte forma: “É dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”. (BRASIL, 1988).

Porém, não basta simplesmente assegurar que todas as crianças estejam matriculadas na escola. É necessário, que esse acesso à educação seja acompanhado de investimentos sólidos na melhoria de condições de permanência dos indivíduos, sobretudo, os das classes menos favorecidas. Dito de outra forma, é propiciar alternativas para que parcelas da população mais empobrecidas entendam esse direito e estejam comprometidas com sua importância e significado na transformação socioeconômica da sociedade capitalista.

Sob a ótica, Pochman e Ferreira (2016, p. 1243) destacam que a democratização da educação, promovida conceitualmente pela CF-1988 não reduziu significativamente as desigualdades intra e extraescolares e nem tão pouco eliminou retrocessos e estagnação, havendo uma expansão quantitativa de matrículas em contextos escolares desiguais e empobrecidos, mas a efetivação da igualdade no direito à educação ainda se encontra aquém do contexto social dessa população.

A não efetivação plena do direito à educação, acentua ainda mais o processo de estratificação social, tendo em vista que o contexto de vidas das crianças que frequentam a escola é permeado por especificidades em aspectos econômicos e sociais, que dificultam a igualdade no acesso e o fortalecimento da sua permanência. Assim sendo, a escola faz parte, de acordo com a Lei 8069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), de uma rede de proteção por meio do Sistema de Garantia de Direitos. Sendo assim, deve buscar identificar o que fragiliza a criança e ao adolescente na sua permanência na escola, articulando-a junto com outras instâncias

públicas (Conselho Tutelar e Ministério Público) para juntos identificarem as possíveis vulnerabilidades, e intervir para a efetivação da garantia do direito.

Por sua vez, Guzzo e Filho (2005), ao afirmam que o sistema educacional brasileiro é fruto de um processo histórico, que se configura no bojo das relações de produção, a qual divide a sociedade em grupos econômicos distintos, estabelecendo-se uma relação de classes antagônicas. Complementando, Ponce (2005) acrescenta que as classes antagônicas foram constituídas com o fim da chamada sociedade primitiva, onde os interesses e as necessidades das classes dominantes passaram a delimitar o campo da educação em favor dos seus próprios interesses econômicos, à medida em que a mesma passou a servir para a dominação social de poucos para muitos.

Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que a desigualdade social, na forma como se apresenta na conjuntura atual, corresponde a uma crise estrutural que envolve determinados valores e ideologias, mas que encontra sua centralidade nas relações de produção. Dessa forma, o sistema educacional assume um papel fundamental na manutenção da alienação e da divisão social do trabalho, na medida em que as escolas têm se configurado como um espaço estratégico de convivência social, pautada pela reprodução da dinâmica da sociedade capitalista. (GUZZO e FILHO 2005, não paginado).

Partindo da premissa de que a sociedade capitalista se estrutura a partir das relações de produção, as quais são orientadas pelo capital, que gera desigualdade de renda, podemos afirmar que os indicadores educacionais sofrem diferenciação de acordo com os estratos sociais. Dito de outra forma, a classe que possui um maior poder aquisitivo compreende que a educação é fundamental para a manutenção de seu *status quo*, o que contribui para a manutenção da desigualdade educacional, haja vista que todo o conhecimento científico e tecnológico perpassa pela lógica do mercado. Ou seja, é focada na lógica produtiva. Por este lado, é importante a reflexão de Scalon e Salata (2016), sobre a desigualdade social:

Não é um fato natural, mas sim uma construção social. Ela depende de circunstâncias e é, em grande parte, resultado das escolhas políticas feitos ao longo da história de cada sociedade. Daí a importância das comparações internacionais para as análises neste campo de estudos, em especial em um momento de reconfigurações geopolíticas e geoeconômicas. É necessário compreender o fenômeno das desigualdades como resultado da interação entre “realidades” e “percepções”, reconhecendo que estas duas dimensões não são distintas. E análises que se inserem estas duas perspectivas podem oferecer uma visão mais clara das contingências e agências envolvidas nos

processos de produção, de reprodução e, porque não, de superação das desigualdades. (SCALON e SSALATA 2016, p. 182)

Nas palavras acima fica evidente a complexidade do conceito de desigualdade que expande a noção de privação para além da renda, incluindo a carência de poder, participação e voz, exposição ao medo e à violência, acesso à comunicação, vulnerabilidade. Ou seja, a exclusão de direitos sociais básicos. Continuando, os autores supracitados destacam que “desigualdade não é exatamente um conceito que pode ser usado de forma uníssona, porque se apresenta em múltiplas dimensões, é multifacetado e talvez, exatamente por sua característica variada e abrangente, é estável e resistente”. (SCALON e SALATA 2016, P. 184).

Entende-se que o afirmarem isso destacam em diferentes dimensões, como prestígio, poder, renda, entre outras, que suas origens são variadas assim como as suas manifestações, e ao ser adotado como modelo uma sociedade plenamente igualitária, a desigualdade e a estratificação direcionam seu foco para as oportunidades, as quais são direcionadas para as chances de vida.

Por outro lado, na perspectiva da sociedade atual que se encontra baseada na exploração e desigualdades, por meio de constatare renovação e mudanças políticas, sociais e econômicas, a escola reproduz padrões de aprendizagem que estão em consonância na maioria das vezes ao sistema econômico, ao qual determina uma certa padronização de ensino que em sua grande maioria não consegue identificar as reais necessidades das classes populares com suas subjetividades e demandas tão específicas.

Partido desse pressuposto, a escola, em sua essência, não age com a finalidade de atender aos ditames do sistema mercadológico. Ela deve sim, procurar oportunizar condições para que o sujeito se emancipe. Sendo assim, busca propiciar estratégias metodológicas que permitam um melhor desenvolvimento qualitativo na sua prática interventiva.

Vale ressaltar que a meritocracia, que tem por finalidade o reconhecimento dos esforços e a “igualdade de oportunidades” no favorecimento do desempenho educacional, é um dos princípios que fundamenta a pedagogia tradicional. Entretanto, na prática meritocrática, no ambiente escolar acaba por acentuar ainda mais a exclusão e a desigualdade; pois, essa lógica estabelece aos alunos o processo de corresponsabilidade dos seus resultados; além de não levar em consideração os

aspectos sociais, econômicos e culturais que interferem decisivamente no contexto educacional.

Dessa forma, Dubet reforça a falsa ideia de meritocracia como ideal, afirmando que:

Cada um de nós acredita que a escola justa deve ser tudo isso ao mesmo tempo, que ela deve responder a todas as essas concepções de injustiça. O problema surge do fato de esta afirmação ser uma pura petição de princípios, pois cada uma das concepções de justiça evocadas entra imediatamente em contradição com as outras. Assim, uma meritocracia escolar justa não garante a diminuição das desigualdades; a preocupação com a integração social dos alunos tem grande probabilidade de confirmar seu destino social; a busca de um mínimo comum arrisca-se a limitar a expressão dos talentos; uma escola preocupada com a singularidade dos indivíduos age contra a cultura comum que a escola deve transmitir e que também é uma forma de justiça. Portanto, não existe solução perfeita, mas uma combinação de escolhas e repostas necessariamente limitadas. (2004 p.540).

A ideia acima nos ajuda a entender a realidade da sociedade brasileira, caracterizada pela desigualdade socioeconômica. Isso significa dizer que numa sociedade dividida em classes, sobretudo no campo educacional, o modelo meritocrático favorece a oportunidade para poucos, e reforça a falsa crença de que todo mundo que frequenta a escola pode desenvolver-se como ser humano e sairá da pobreza, basta querer e se esforçar. Contudo, ignoram-se as disparidades sociais existentes.

Para Bloter (2018) esse modelo se configura como injusto, uma vez que não são oferecidas as mesmas condições objetivas de permanência o que na vivência dos alunos e suas realidades não são levadas em consideração. Com suas palavras ele afirma que: “A desigualdade gera, portanto, o desequilíbrio característico da balança que representa a justiça, indicando o questionamento sobre a possibilidade da igualdade”. (BLOTTER 2018, p. 94).

Portanto, como discorre Dolbet (2004, p. 547) “A definição de justiça em termos de garantias mínimas leva também a rever a justiça dos investimentos em formação e os que são exigidos das famílias”. Assim sendo, uma escola considerada justa busca acima de tudo focar no respeito à dignidade dos sujeitos, tornando-os fortalecidos na sua estima e compreensivos sobre suas potencialidades e desempenhos.

Corroborando e acrescentando a ideia acima, Derouet (2010, p. 1017 afirma que

É nessa perspectiva, que as classes populares estão longe demais da escola para contribuir na elaboração de um novo modelo que corresponda a seus interesses e demandas. O grande desafio é como pensar a escola considerando a demanda das camadas populares que estão na e fazem parte

da escola. Em compensação, seus sofrimentos e rancores, suas resistências e eventualmente, seus ardis para interpretar e deslocar as prescrições oficiais constituem fermentos de evolução.

Partindo desse pressuposto, é pertinente fazer uma reflexão sobre as ideias de Gohn (2001) quando ela afirma que a emancipação fomenta a busca por uma sociedade mais justa e igualitária, e sobretudo perpassa pelo entendimento de que a educação é um instrumento de superação da miséria. Dito de outra forma, ela destaca que:

Sobretudo deve haver emancipação das consciências para que se compreenda que a realidade não é estática... é preciso saber refletir sobre essa realidade, perceber-se como sujeitos históricos que podem se posicionar, emitir opiniões, fazer escolhas, construir rumos para a sua vida. (GOHN 2010, p.59).

Destaca-se que o conceito de educação aqui descrito amplia a sua significância, e não se restringe aos processos ensino e aprendizagem. Ou seja, a ideia apresenta a necessidade de transpor os muros das escolas para os espaços da casa, do trabalho, do lazer, do associativismo, etc. Contudo, a crise de valores entre o justo e o necessário deve levar as comunidades a lutarem por mais direitos. Botler (2018, p. 308) traz a ideia de “redes de indignação e esperança” em que trata das estratégias contemporâneas de mobilização dos movimentos sociais via redes, o que, a nosso ver, acontece especialmente entre os jovens e em suas novas formas de comunicação e manifestação diante das desigualdades e injustiças sociais.

Portanto, quando a educação é voltada para a formação crítica e emancipatória ela se torna um forte instrumento no combate às desigualdades sociais. Sobretudo, quando tratamos da emancipação, há um conhecimento de suma importância para os mais vulneráveis socialmente. Nessa perspectiva por meio da educação se constrói estratégias que atinge, de maneira mais profunda, as disparidades sociais, servindo de mola propulsora para conscientização, mobilização, sensibilização e da capacidade de construir ideais de vida.

Contudo, Arroyo (2017) afirma que é preciso reconhecer que a inclusão dos pobres no contexto do desenvolvimento, dá a educação a responsabilidade de ser a escola a única via de ascensão social para os pobres. Continuando, o autor afirma que, por traz do combate à pobreza e suas propostas, está um condicionante de culpabilizar os pobres, por seu atraso e por sua falta de instrução e escolarização. Dessa forma, a escola passa a assumir a responsabilidade de superar esses contra valores, e de se contrapor à ideia de que as políticas educativas reforçam a crença de

que “todo mundo vai nesse trenzinho” (*Id* 2017, p. 148). Para ficar mais claro, Arroyo destaca da seguinte forma:

Entretanto, essas propostas salvacionistas estão perdendo credibilidade entre os docentes-educadores dos pobres, entre os grupos sociais condenados à pobreza, ao desemprego e aos lugares mais inumanos das periferias urbanas. Eles não se reconhecem sem valores de trabalho, mas sem trabalho; não se reconhecem sem valores de poupança, mas sem renda, sem-terra, sem teto, sem direito a viver de forma justa, humana; não se reconhecem marginais, mas excluídos. As políticas socioeducativas se alimentam de dicotomias (pobreza-riqueza, atraso-desenvolvimento, exclusão-inclusão, vulneráveis-sadios) determinadas pela ponta negativa a ser superada e pela positiva aonde, por meio da educação, todos chegarão e serão incluídos no território da riqueza, do desenvolvimento, da não vulnerabilidade. Dicotomias mais radicais de classe, de justiça-injustiça são esquecidas (*Id* p. 149).

Todavia, é preciso entender que a política educacional sozinha não dá conta de promover essas mudanças. Para isso, é necessário entender que existem outros direitos considerados fundamentais aos quais esses sujeitos devem ter acesso por meio de políticas sociais que, integradas junto à política de educação, minimizem as vulnerabilidades. Portanto, responsabilizar unicamente a educação como propiciadora de mudanças é incoerente, haja vista as interfaces e especificidades da negação de outros direitos.

De acordo com a CF-1988 no artigo 6º “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação (BRASIL, 1988). Dito isso, cabe aqui a reflexão acerca desses sujeitos de direitos que, mesmo diante das vulnerabilidades, estão aptos a superar essa realidade sofrida, e a busca pela emancipação é uma estratégia a ser buscada. Logo, quando se enxergam como pessoas conscientes de que as políticas sociais foram construídas para o enfrentamento dessa realidade, buscarão sair desse processo de vitimização e conformismo da realidade, e entenderão que a educação é um instrumento que fomenta mudanças.

Dessa forma, o que deve ser praticado é trabalhar a concepção de emancipação como estratégia para identificar se as atividades desenvolvidas junto ao público favorecido têm como propósito torná-los sujeitos emancipados do processo de alienação e da dominação de classes, sendo estimulados e orientados a saírem do processo de exclusão ao qual estão sendo inseridos no atual sistema capitalista. Como afirma Marx (2010, p. 54)

A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro lado, a cidadão, a pessoa moral. Mas, a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão

abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na vida empírica, no seu trabalho individual, nas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas forças próprias como forças sociais e, e, consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política.

Continuando, Marx (*Id*) destaca que somente através de uma transformação radical na estrutura da atual sociedade, com uma revolução social e política profunda e sólida, capaz de dissolver as antigas as relações sociais e o modelo conservador e fomentador da desigualdade, que o homem poderá reencontrar-se consigo mesmo na sua essência. Assim, nascerá um novo homem; emancipado e evoluído intelectualmente, fisicamente e espiritualmente. Somente após tudo isso, o homem sairá do processo atual de exclusão e dominação.

Depreende-se disso que a educação ainda é o instrumento mais pujante contra todas as formas de exclusão, pois é a partir dela e por ela que há mudança de comportamento do indivíduo que passa a agir mais consciente sobre a realidade. Assim sendo, nenhum outro instrumento é tão forte ou capaz de operar significativamente na transformação social principalmente na capacidade de intervenção e transformação na perspectiva social de emancipação humana.

Para problematizar a temática, Saviani (2017), por sua vez, destaca que existe contradições na perspectiva acima no que se refere ao fortalecimento da educação emancipatória e cidadã. Isso fica evidenciado na sua fala abaixo:

O mesmo raciocínio coerente e plausível que respalda o papel da escola de formar para o exercício consciente da cidadania, gera conclusões contraditórias. Assim, quando, diante da pergunta que escola queremos, respondemos que queremos uma escola que forme para o exercício consciente da cidadania, encontramos-nos diante de expectativas contraditórias: queremos, pela ação educativa, contar com cidadãos ativos, críticos e transformadores, mas no fundo desejamos que esses mesmos cidadãos sejam dóceis, colaboradores, compreensivos das diferenças e desigualdades, portanto, às normas e valores próprios da sociedade tal como se encontra constituída. (SAVIANI, 2017, p. 655).

Corroborando com o trecho supracitado, Mészáros (2008, p. 15), afirma que “a educação, que poderia ser mais uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista”. Portanto, os conhecimentos necessários à sociedade seriam os que poderiam garantir a manutenção dos interesses necessários à sociedade seriam os mesmo que poderia garantir a manutenção dos interesses dominantes.

Arroyo (2017, p. 148), afirma que “a pobreza extrema é uma forma de opressão extrema que rouba a humanidade”. Como bem frisado por Mészáros, a educação:

Teria como função, transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, que age, e que usa a palavra como arma para transformar o mundo. Para ele uma educação para além do capital, deve, portanto, andar de mãos dadas com a luta por transformação radical do atual modelo econômico e político hegemônico. (2008, p. 12).

Contudo, a manobra da descentralização de responsabilidades com a manutenção das escolas públicas tem sido uma prática cristalizada há muitas décadas no Brasil. De acordo com Saviani (2000, p. 4):

A iniciativa de forçadamente atribuir à sociedade em geral a responsabilidade com a escola, já delineia, assim, um estímulo à diferenciação de iniciativas e diversificação de modelos de funcionamento e de gestão do ensino escolar, contradizendo-se notoriamente com a LDB e, conseqüentemente, com o Ministério da Educação onde, ao segundo está respaldada a obrigação de controlar o rendimento escolar em todos os níveis, desde as creches até a pós-graduação.

As palavras de Saviani (2000), esclarece mais sobre a falta de incentivos robustos e sobre escassez de investimentos na educação básica como um todo, o que tem transformado a escola numa tímida e comprometida instituição, onde o principal fator de transformação social parece ser um descaso nacional, culminando em demasiados períodos de crise no sistema educacional, que vem fazendo com que rede pública de ensino venha a passos lentos ao longo do tempo, e sobretudo, nos dias atuais.

No Brasil, o cenário atual de mudanças na política educacional, as quais desconfiguram o direito constitucional da educação pública e gratuita, é fruto da imposição arbitrária das reformas por parte dos governos, sem a devida participação dos setores representativos da população em geral e da categoria em especial, os quais buscam de forma autoritária e desrespeitosa fortalecer o processo de privatização da educação pública brasileira.

Esse cenário de retrocesso acentuou-se ainda mais após a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que, por meio de cortes drásticos no orçamento da União que congelou durante 20 anos os investimentos em políticas públicas, vem inviabilizando melhorias e avanços na educação pública.

A partir do momento em que o sistema impõe à sociedade a força dos dominadores sobre os dominados, há uma nítida e propositiva divisão de classes. De um lado os detentores do capital que manipulam e alienam e, do outro lado, a classe trabalhadora que é explorada e manipulada. Nesse sentido, o sistema capitalista incorpora um direcionamento técnico à educação pública voltado exclusivamente para a formação de mão-de-obra para atender pura e simplesmente as suas demandas da

produção. Contudo, a sociedade necessita cada vez mais de uma educação que forme o homem na sua totalidade. Não só para o mundo do trabalho, mas também, para a cidadania plena.

Ou seja, uma educação capaz de fazer o indivíduo descobrir o real motivo dos acontecimentos, proporcionando-lhes o poder de decidir por si só, e coletivamente, os rumos a ser tomado. Sob essa perspectiva Saviani (2000) afirma que o papel da escola na sociedade pode promover tais mudanças, interferindo no processo histórico.

Para atender aos interesses capitalistas a educação brasileira tornou-se instrumento que favorece a desinteresse tanto dos educadores quanto dos educandos. Tudo isso reforça cada vez mais as disparidades educacionais com relação aos recursos a ela direcionadas, e tais diferenças são evidentes, através das características intrínsecas às escolas como a infraestrutura, a qualificação profissional, os salários de professores, a forma de gestão das escolas, etc. Em contrapartida um número consideravelmente grande de alunos na rede que nas últimas décadas tem aumentado significativamente. E dentro desse cenário agrava-se ainda mais as desigualdades sociais. Dessa forma, problemas relacionados ao sucateamento da escola, onde são precárias as condições de infraestrutura e profissionais qualificados, superlotação em sala de aula, e em alguns casos, uma má gestão administrativa, tem ocasionado ainda mais complicações para resolução desses problemas.

É fato que a situação educacional no país se encontra com sérios problemas. Aliado a isso, temos os problemas estruturais políticos e econômicos que agrava ainda mais a questão. Todo esse contexto, faz com que o aluno da escola pública filho da classe trabalhadora tenha um rendimento inferior aos filhos da classe média que estudam em escolas particulares. Ou seja, o contexto do aluno da escola pública envolve o desinteresse pelos estudos, devido a necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar, o desemprego, envolvimento com drogas, e o abandono familiar, dentre outros.

Todavia, conceber a educação inclusiva na atualidade brasileira requer refletir sobre a escola que temos e na escola que queremos. Sobre a escola que temos, constata-se que a mesma:

É segregadora, pois não atende à diversidade humana; educa para homogeneização; a adaptação; e a reprodução social; desconsidera as diferenças humanas e de aprendizagem; reproduz a lógica da produção capitalista dominante; hierarquiza os alunos pela avaliação e reprovação, dentre outras (FRACASSI 2014, p. 12).

Contudo, a resistência em se buscar uma educação de qualidade para esses indivíduos também se mostra persistente.

Apesar do poder público em muitas situações demonstrar total negligência às questões relacionadas às políticas sociais, e, especialmente a educação, existem atualmente correntes de mobilização social (representantes de instituições públicas, além da sociedade civil por meio dos movimentos sociais) reivindicando da administração respeito e cumprimento desses direitos para que eles sejam efetivados e viabilizados. Sendo assim, as estratégias emancipatórias da própria condição social e econômica, podem romper o padrão de visão de mundo muitas vezes reducionista e conformista do núcleo familiar, enxergando potencialidades e desafios de superação. Ou seja, compreendemos que a educação não formal pode vir a contribuir com a emancipação social, ao invés da reprodução desigual de classes.

CAPÍTULO 2

DESAFIOS DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O presente capítulo tem como finalidade fazer uma análise mais aprofundada sobre como se dá o processo de construção do conhecimento, nos estágios em que o sujeito se encontra na transição entre a educação informal e a educação formal, sobretudo na educação infantil. Dessa maneira, à luz de um referencial teórico progressista, buscou-se compreender os fenômenos que caracterizam essa etapa do desenvolvimento da aprendizagem.

2.1 Concepção de aprendizagem

Parafrazeando Alves (1991), o termo aprendizagem pode ser definido como uma diversidade de desempenho do indivíduo em função da experiência obtida, que pode ser caracterizada pela organização das atividades que a desenvolvem, no sentido inserir essas atividades em um quadro de propósitos e exigências determinadas pela instituição escolar. Dito com suas palavras,

O processo de aprendizagem traduz a maneira como os seres adquirem novos conhecimentos, desenvolvem competências e mudam o comportamento. Trata-se de um processo complexo que, dificilmente, pode ser explicado apenas através de recortes do todo. (*Id*, 2007, p. 18).

Na visão Piaget (1998) a aprendizagem se constrói em um processo progressivo de equilíbrio, que significa uma passagem contínua de um estado de menos equilíbrio para um estado de equilíbrio superior. Sendo assim percebe-se que a aprendizagem parte do autocontrole e do desenvolvimento da evolução da mente. Desta forma isto é uma organização de conhecimento que não acontece isoladamente, tanto pode partir das experiências que a pessoa adquire no decorrer da sua vida, como pode ser também por meio de convívio social. Ainda para este autor, o processo de ensino e aprendizagem se dá pelo acúmulo de experiências do sujeito, em constante interação com o meio natural, por meio do processo de equilíbrio. Sendo assim, o processo que caracteriza a aprendizagem demonstra que o indivíduo não parte da estaca zero, mas sim, de vivências ocorridas que ficam armazenadas na mente, que faz com que o indivíduo desenvolva sua capacidade de absorção e assim vai reformulando sua organização cognitiva.

Galvêas (2011), traz uma importante contribuição sobre o desenvolvimento da aprendizagem afirmando que os estímulos determinados externamente formam o espírito da criança. Dito de outra forma, a proporção que a criança se desenvolve vai surgindo as necessidades de se adequar a educação, atendendo às possibilidades das crianças, não só desenvolver a personalidade da criança como também suas habilidades, suas capacidades intelectuais, formando assim cidadãos aptos a viver em sociedade.

Corroborando com tudo isso, Röhrs (2010, p.89) afirma que:

A mente de uma criança certamente não está vazia de conhecimentos nem de ideias quando se inicia a educação dos seus sentidos; mas as imagens mantêm-se confusas, “à beira do abismo”. [...] A criança começa a distinguir as propriedades dos objetos, a quantidade da qualidade; separa o que é forma do que é cor; distingue dimensões, segundo a sua predominância, em objetos compridos ou curtos, grossos e finos, grandes e pequenos. Separa-os em grupos, chamando-os pelo próprio nome: branco, verde, vermelho, azul, amarelo, violeta, preto, alaranjado; marrom, róseo. Distingue a cor em sua intensidade, dominando claro e escuro os seus extremos. O gosto é diferenciado do olfato, a beleza da feiura, os sons dos ruídos. Como aprendeu a pôr “cada coisa em seu lugar” no mundo exterior, assim também pode chegar, graças à educação dos seus sentidos, a estabelecer uma classificação fundamentada sobre essas imagens mentais.

Ao passo que a criança vai desenvolvendo o cognitivo aumenta a necessidade de contar com pequenos comandos, o processo de ensino

aprendizagem envolve todos os ângulos que rodeia o aluno como: a família, a sociedade, professores com o apoio de uma gestão democrática e participativa, e que devem atuar juntos, de forma consciente, levando em consideração que este processo acontece nos alunos a todo o momento e em qualquer lugar.

Contudo, pode-se afirmar que o processo de aprendizagem se dá por meio de procedimentos de esquemas de aquisições que são anexados nas estruturas intelectuais que o sujeito dispõe em certo momento de sua vida, que vai sendo desenvolvido progressivamente. Vale ressaltar que a aprendizagem vai se aprimorando no ambiente ao qual o sujeito está inserido. Ou seja, esse processo tem início no meio familiar, nas vivências de culturas, nas tradições e na vida social do indivíduo. Desta forma a aprendizagem é um processo que potencializa as competências, habilidades, os conhecimentos, e tem como objetivo a progressão da experiência e do intelecto humano, sendo que as experiências individuais vão se aprimorando e desenvolvendo as habilidades de assimilação através de organização de planos cognitivos.

2.2 Desafios da aprendizagem - entendendo as dificuldades de aprendizagem

No ambiente escolar os tipos mais comuns que caracterizam as dificuldades de aprendizagem envolvem problemas de leitura, escrita, interpretação, matemática e raciocínio. No entanto, transtornos do neurodesenvolvimento pode levar a dificuldade de aprendizagem. Nesse cenário, há crianças que tem facilidades de aprender a ler e escrever, enquanto existe outras que possuem grandes dificuldades de aprendizado e para ter sucesso na sua vida escolar e até mesmo profissional precisarão de ajuda especializada. Tudo isso, faz parte dos inúmeros anseios acerca do processo de desenvolvimento da aprendizagem das crianças e adolescentes, por parte dos professores, coordenadores, pais e comunidade.

As dificuldades de aprendizagem podem ser classificadas como permanentes ou transitórias; e apesar de serem de fácil detecção, não são muito difíceis de serem superadas, devido aos grupos heterogêneos que frequentam nossas escolas. Essas dificuldades podem ocorrer em qual quer

período do processo de ensino aprendizagem, e estão ligados a déficit funcionais superiores como raciocínio lógico, déficit de atenção, falta de sociabilidade e afetividade, linguagem, compreensão, percepção, etc.

E comum no meio docente a existência de questionamentos acerca do não desenvolvimento cognitivo da criança e rotula-os de alunos problemas.

Sendo assim, Aquino (1997, p. 2) discorre que:

“O aluno problema é tomado, em geral como aquele que padece de certos supostos “distúrbios” psicopedagógico, distúrbios estes que podem ser de natureza cognitiva (os tais distúrbios de aprendizagem) ou de natureza comportamental, e nessa última categoria enquadra-se um grande conjunto de ações que chamamos usualmente de indisciplinados”. Dessa forma, a disciplina e o baixo aproveitamento dos alunos seriam como duas faces de uma mesma moeda, representando os dois principais obstáculos para o trabalho docente.

Diante deste questionamento é dever do corpo docente da escola juntamente com os coordenadores e gestores planejar projetos de intervenções com metodologias inovadoras e que sejam significativas para atender a esses alunos que precisam de acompanhamento para que haja um bom desenvolvimento de ensino aprendizagem e que todas as crianças possam ter o direito de aprender com qualidade.

Andrade (2003, p.15) nos leva a seguinte reflexão:

Qual o significado dos termos aluno com problema ou dificuldade de aprendizagem? São várias as possíveis respostas, várias as possíveis construções de significados acerca dos termos, sem que uma seja mais verdadeira que outra. Assim, não podemos previamente acreditar que alunos são problemas ou que famílias são desajustadas, ou que professores são autoritários. Precisamos ver uns “quebra-cabeças”, as partes e o todo!

Nas escolas nos deparamos diariamente com a preocupação estampada no semblante de professores diante das dificuldades de aprendizagem de muitos alunos, tomadas de uma inelutável sensação de impotência. Diante deste cenário não se deve afirmar ou seja, rotular alunos como “aluno problema, famílias que são desajustadas ou professores despreparados, professores autoritários, sem antes fazer um levantamento de dados que comprovam tais culpados, há uma extrema necessidades de ajuste de ação entre família, escola e comunidade, deve se criar parcerias para um enfretamento em prol do desenvolvimento da aprendizagem, sem que um fique atribuindo à culpa ao outro. Nessa ótica, o problema da dificuldade de aprendizagem no Brasil é um assunto amplo e de grandes dimensões quando se leva em conta a realidade sócioeconômica que

permeia a vida das nossas crianças e adolescente. Todavia, no intuito de superar os entraves da educação evitando assim o analfabetismo e a evasão escolar, essa temática tem ganhado muito destaque desde o processo de redemocratização de 1980 pra cá. Nesse sentido, Fonseca destaca que a dificuldade de aprendizagem vem ser um termo:

[...] que se refere a um grupo heterogêneo de desordens manifestadas por dificuldades significativas na aquisição e utilização da compreensão auditiva, da fala, da leitura, da escrita e do raciocínio matemático. Tais desordens, consideradas intrínsecas ao indivíduo, presumindo-se que sejam devidas a uma disfunção do sistema nervoso central, podem ocorrer durante toda a vida. (FONSECA, 1995, p. 71)

Há um empenho por partes da comunidade escolar professores, coordenadores e outros profissionais ligados a esta questão como: psicólogos educacionais, fonoaudiólogos, assistentes de ensino, assistentes sociais. Basta o professor ter uma atenção especial ao aluno que apresenta alguns sintomas de defect de atenção, procurar fazer um diagnóstico do desenvolvimento do estudante e imediatamente procurar resolver a situação dando o devido tratamento especializado, para evitar possível transtorno.

A dificuldade de aprendizagem está ligada a uma ampla sucessão de dificuldades que provavelmente podem afetar qualquer área do desempenho do educando, dificilmente elas são concedidas a uma única causa, pois muitas questões diferentes podem causar danos ao funcionamento do cérebro.

Segundo Smith e Strinck (2001, p.15): dá sua contribuição a este assunto dizendo:

Muitas crianças com dificuldade de aprendizagem também lutam com comportamentos que complicam suas dificuldades na escola. A mais saliente dessas é a hiperatividade, uma inquietação extrema que afeta 15 a 20% das crianças com dificuldades de aprendizagem. Alguns outros comportamentos problemáticos em geral observados em pessoas jovens com dificuldade de aprendizagem são os seguintes: fraco alcance, dificuldade para seguir instruções, imaturidade social, dificuldade com a conversação, inflexibilidade, fraco planejamento e habilidades organizacionais, distração, falta de destreza e falta de controle dos impulsos.

Ainda para o autor, “as dificuldades são às vezes tão sutis que normalmente as crianças não demonstram apresentar problema algum nas séries iniciais do ensino Fundamental”, neste sentido é que na educação infantil e nas primeiras séries do Ensino Fundamental, é de grande importância que se coloque

professores/pedagogos empenhados na melhoria da alfabetização, professores que tenham capacidade de diagnosticar algum transtorno de aprendizagem.

Smith e Strick (2012, p. 17) ainda acrescenta que, “as crianças com Dificuldades de Aprendizagem tem em comum o baixo desempenho, na maior parte do tempo estas crianças tem uma capacidade intelectual que funcionam de modo consistente”. Continuando, o autor utiliza-se da seguinte argumentação:

Embora muitas crianças com dificuldades de aprendizagem sentem-se felizes e bem ajustadas, algumas (até metade delas, de acordo com estudos atuais) desenvolvem problemas emocionais relacionados. Estes estudantes ficam tão frustrados tentando fazer coisas que não conseguem que desistem de aprender e começam a desenvolver estratégias para evitar isso. Eles questionam sua própria inteligência e começam a achar que não podem ser ajudados. Muitos se sentem furiosos e põem pra fora, fisicamente, tal sensação; outros se sentem ansiosos e deprimidos. Smith e Strick (2012 p.17)

Nesta visão é normal que de uma forma ou de outra maneira a crianças com certa dificuldades acabam se afastando do convívio social, tornando-se solitárias e com baixa autoestima, é onde entra o profissionalismo dos agentes educadores.

No entanto, a falta de experiência, ou até mesmo omissão de muitos professores aliado ao medo ou comodismo dos pais que deixa a vida estudantil de seus filho sobre a responsabilidade das escola, muitas das vezes não querem se dar o trabalho, de enfrentarem a situação de terem um filho com limitações de aprendizagem, e assim dificulta ainda mais a detecção do problema.

As dificuldades de aprendizagem podem acontecer no início da vida escolar das crianças como também no decorrer de sua vida estudantil, podendo também surgir em momentos diferentes para cada aluno, dependendo do desenvolvimento e do interesse que é despertado em cada educando.

2.3 Superando dificuldades de aprendizagem

Todo e qualquer problema de aprendizagem exige metodologias cuidadosas e significativa para os estudantes, em adição a este trabalho é de suma importância que tenha uma investigação no campo em que se manifesta a dificuldade, descobrindo assim o motivo que a levou ao bloqueio e conseqüentemente ao um fracasso escolar, resultando assim em possíveis casos de evasão escolar.

A dificuldade de aprendizagem é um problema que tem afetado muitos educando e tem-se multiplicado em muitas das escolas em todo ambiente educacional, se educadores não conseguirem identificar essas dificuldades em seus alunos, isto tornar um obstáculo praticamente irreversível na vida escolar do estudante. Como dito antes, havendo o problema e não sendo identificado a criança é julgada por algum tipo de adjetivo negativo como: “distraída”, “lerda”, “preguiçosa”, entre outros.

Portanto, este trabalho de superação é de grande importância e envolve a participação ativa de professores, da família da criança e das políticas de assistência social, para que se possa fazer, um estágio de observação e um levantamento de informações sobre o que está representando esta dificuldade, ou seja, o bloqueio que impede deste aluno de aprender. E assim planejar ações de desenvolvimento da aprendizagem.

De acordo como o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referente à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2010, p. 15).

Nesta expectativa de parceria, unindo-se em prol do desenvolvimento da criança, há grande possibilidade de superação de todo e qualquer obstáculo de aprendizado, pois é papel da escola obter essa relação de parceria, além do mais a presença e a participação da família na escola é de grande importância e viável que os pais participem das ações educativa da escola como: da elaboração de projetos, PPP (projeto político pedagógico), colaborem constantemente com reuniões e datas comemorativas que é celebradas nas unidades escolares. Essa parceria é de suma importância para o bom desenvolvimento as atividades escolas é um grande incentivo para os alunos. Estes se sentirão empolgados em verem o empenho das famílias atuando junto com os professores, colaborando para a sua formação.

É do conhecimento de todos que quando um aluno não consegue desenvolver a aprendizagem, è normal que ele comece a ficar desmotivado, perdendo assim o interesse pelas atividades e até mesmo pela escola, muitas vezes apresentam problemas comportamentais e também transtornos

emocionais. Para Furtado (2007):

Quando a aprendizagem não se desenvolve conforme o esperado para a criança, para os pais e para a escola ocorre a "dificuldade de aprendizagem". E antes que a "bola de neve" se desenvolva é necessário a identificação do problema, esforço, compreensão, colaboração e flexibilização de todas as partes envolvidas no processo: criança, pais, professores e orientadores. O que vemos são crianças desmotivadas, pais frustrados pressionando a criança e a escola. Furtado (2007, p. 03)

Nesta visão é o ambiente familiar e o escolar em que o aluno convive, contribui diretamente no seu desempenho intelectual favorecendo, ou desfavorecer o seu potencial de aprendizagem. Para Souza (1996) “a convivência no lar e na escola pode fazer a diferença entre uma deficiência propriamente dita, e um problema que torna o aluno incapaz de assimilar o conteúdo escolar”.

De acordo com o site denominado FoFuu¹, que é especializado em debater os problemas da nossa educação, a

“dificuldade de Aprendizagem é um termo utilizado para descrever uma série de problemas de aprendizado relacionados à maneira que o cérebro absorve, usa, armazena e envia informações. Cerca de 15% das crianças possuem essa condição e elas podem ter dificuldade com uma ou mais das seguintes habilidades: leitura, escrita, audição, fala, raciocínio e matemática. O tipo mais comum, é a dificuldade para ler”.

Como é de vasto conhecimento na nossa literatura, são inúmeros indicadores da dificuldade de aprendizagem que os professores devem estar atentos em sala de aula, eis aqui alguns deles:

- Atrasos no desenvolvimento de aprendizagem;
- Baixo rendimento escolar;
- Baixo desempenho inesperado;
- Perda do interesse pela vida escolar, ou seja pelas atividades em sala de aula;
- Comportamento ou problemas emocionais;
- Declínio na confiança na autoestima;
- Desmotivação estudantil;
- Faltas constante as aulas;

¹ Disponível em: <https://fofuuu.com/blog/dificuldade-de-aprendizagem/>. Acessado dia 20 de março de 2021.

- Abandono escolar.

Diante deste cenário é o professor o principal observador deste sinais de alerta que os alunos apresentam, quando estão com dificuldade de aprendizagem, assim cabe ao professor fazer um diagnóstico da situação e posteriormente levar o assunto a coordenação e demais profissionais envolvidos no processo de ensino.

Estes sinais de alerta são responsáveis pela constatação do problema da dificuldade de aprendizagem, tomando a real providencia poderá evitar assim, que os alunos no futuro desenvolva um sentimento de inferioridade na vida estudantil, na vida profissional e até mesmo diante do mundo, pois o baixo desempenho escolar refletem em maus resultados escolares, insatisfatórios tanto para o aluno como para a escola.

Quando o problema é detectado e a escola juntamente com a parceria da família buscam caminhos para amenizar ou obter um tratamento adequado, o progresso nos estudos ocorre sem grandes danos, e assim proporciona uma sensação de equilíbrio e bem estar para criança. Os seus estudos tem uma grande chance de seguir tranquilamente.

2.4 Alguns fatores que influenciam o desenvolvimento e a aprendizagem

Em conformidade com observações de um importante estudioso do comportamento humano, que até hoje tem embasado o debates sobre o tema, Jean Piaget (*Apud* Bock, 1999 p. 98-99) , há inúmeros fatores que muito influenciam o desenvolvimento cognitivo, dentre eles cita-se como principais:

- Hereditariedade – a carga genética estabelece o potencial do indivíduo, que pode ou não desenvolver-se. Existem pesquisas que comprovam os aspectos genéticos da inteligência. No entanto, a inteligência pode desenvolver-se aquém ou além do seu potencial, dependendo das condições do meio que encontra.

- Meio – o conjunto de influências e estimulações ambientais altera os padrões de comportamento do indivíduo. Por exemplo, se a estimulação verbal for muito intensa, uma criança de três anos pode ter um repertório verbal muito maior do que a média das crianças de sua idade.

Para melhor lidarmos com esses fatores, hereditários e meio sobre influência que dificultam a aprendizagem, faz-se necessário que o educador observe e considere o ambiente onde vive o educando, assim exige do professor uma postura compreensiva de profissional que simplifica o processo de ensino e aprendizagem, pois dependendo de tais metodologias poderá encontrar caminhos para reduzir e até mesmo sanar os malefícios procedentes das dificuldades de aprendizagem.

Para Weiss (1997, p. 16) o problema da dificuldade do aluno em aprender, que pode estar ligado a fatores tanto internos quanto externos:

Essa insuficiência na aprendizagem escolar pode estar ligada à ausência de estrutura cognoscitiva, que permite a organização dos estímulos e favorece a aquisição dos conhecimentos. Todavia, a dificuldade em aprender pode estar relacionada a determinantes sociais, da escola e do Olhar de professor, próprio aluno, ou seja, ligada a fatores internos (cognitivos e emocionais) e a fatores externos (culturais, sociais e políticos).

Portanto o professor tem um papel de grande importância na escola, é o facilitador, ou seja, o mediador do processo de ensino aprendizagem. É ele quem dá estímulo nas aulas, desperta a curiosidade dos alunos, provoca o desenvolvimentos de capacidades, de habilidades, desenvolve no aluno a escrita, o prazer da prática de leitura, é o professor quem é responsável pela busca instrumental de materiais e recursos diferenciados e significativo para melhorar a atenção dos alunos nas salas de aulas, pois é isso que faz toda a diferença no desenvolvimento intelectual, individual e coletivo, favorecendo aos alunos um aprendizado satisfatório dando um sentido real para uma educação de qualidade.

De acordo com o posicionamento de Paín (1992, p. 23):

[...] a aprendizagem será tanto mais rápida quanto maior seja a necessidade do sujeito, pois a urgência da compensação dará mais relevância ao recurso encontrado para superá-la. Mas, salvo quando se trata de aprendizagens práticas e instrumentais, é difícil que se dê na aprendizagem humana uma necessidade primária reconhecida interoceptivamente. Frequentemente apela-se para as motivações, primárias ou secundárias. No primeiro ligado as motivações são ligadas à satisfação proveniente do próprio exercício ou do prazer proporcionado pela equilíbrio em si. No segundo caso as gratificações provêm do aplauso social, da evitação de um castigo, ou do afeto do professor.

Como foi dito anteriormente para melhor obter a superação de problemas de aprendizagem, faz-se necessário uma equipe profissionalizada como:

pedagogos, médicos, psicopedagogos psicólogos, e demais agentes educacionais, que possam compreender dificuldades para ajudar estudantes que precisa se superar da falta de motivações primárias ou secundárias.

Nesta visão o ato de motivar, cativar, é de suma importância para todos os seres vivos, principalmente para os seres humanos em frustrado pela ausência de algo desejado. Para que isto funcione é necessário que a escola disponha de professores treinados, qualificados, atenciosos com as crianças em fase de formação, pois este é um dos períodos que mais aparecem as dificuldades, e os alunos precisam de professores preparados para a detecção de possíveis problemas que interferem no domínio de habilidades escolares básicas.

Um ponto que exige destaque para o professor ajudar no diagnóstico é a observação dos alunos no desenvolvimento da leitura, da escrita e também raciocínio lógico. No entanto a criança com dificuldades se não tiver a sorte de ser acolhida para uma ajuda especializada, geralmente precisam enfrentar suas limitações, frustrações por anos, até consegui descobrir-se o melhor meio de adequar os mecanismos educacionais convenientes a cada dificuldade, este processo é prolongado e nem sempre apresenta resultados satisfatórios.

2.5 Motivação da aprendizagem

O trabalho do professor mediante a uma turma com alguns alunos em período de desmotivação do aprendizado é bastante desafiador, principalmente quando o aluno já se estabeleceu em pensamento de “não sei, ou não dou conta”, rejeitando as atividades escolares, deste modo é quase impossível que o professor sozinho, tenha sucesso com esse aluno em seu trabalho de superação.

Pois o trabalho solitário do professor, que enfrenta atitude de rejeição e desânimo dos alunos, dificilmente tem sucesso. Sem falar no desgaste que o professor terá, tanto emocional quanto físico e psicológico. Este terá grande chance de insucesso, causando assim desmotivação também no professor.

É um problema que precisa ser trabalhado em equipe, todas as aulas e em todos os períodos, para amenizar a desmotivação. Há necessidade de rever as metodologias que estão sendo aplicadas e assim impulsionar práticas de ensino mais motivadoras, para que os alunos se sintam interessados, configurando sentido para suas aprendizagens sob reflexos da motivação, para

isto o professor precisa dedicar-se ao ato de ensinar.

Segundo Fonseca (1995, p. 131):

A noção de motivação está também intimamente ligada à noção de aprendizagem. A estimulação e a atividade em si não garantem que a aprendizagem se opere. Para aprender é necessário estar-se motivado e interessado. A ocorrência da aprendizagem depende não só do estímulo apropriado, como também de alguma condição interior própria do organismo.

O aluno necessita de atividades que sejam de seu interesse, que despertem neles a curiosidade do aprender, sendo assim é dever do professor propor conteúdos e atividades que sejam interessantes, estimulante, que façam sentido para os alunos, e que sejam adaptadas as suas capacidades.

É de grande valia que as atividades sejam realizadas de forma cooperativa entre os alunos, permitindo uma interação social, possibilitando que seus colegas os ajudem a entender melhor as tarefas e despertam algum interesse em relação as atividades sugeridas.

Quando um aluno que tem dificuldades de aprendizagem e consegue desenvolver bem uma tarefa, sendo sozinho ou com ajuda de alguns colegas e recebe o reconhecimento do seu trabalho, abre-se um leque de novo caminho, um entusiasmo para uma maior dedicação, pois quando um aluno percebe que fez certo e que o professor confia nele, as chances de desenvolvimento em todas as áreas aumentam, e as partes só tem a ganhar.

Outro ponto de grande importância é que o educador deverá estimular no seu alunado a capacidade de pensar, onde seus os mesmos devem entender o significado das atividades escolares, possibilitando para que o estudante possa compreender o quê e o para quê de tal tarefa, além disto o professor deve deixar claro para os alunos que existem os critérios de avaliações e que ele precisa estar apto a atender estes critérios, o aluno precisa saber o que o professor espera que ele alcance, diante de cada tarefa proposta.

O professor deve favorecer aos alunos a participação e a autonomia, dando-lhes oportunidades em participar de sua vida escolar, propondo assim uma educação significativa e de qualidade para cada educando.

Segundo Libâneo (2001, p. 54),

A educação de qualidade é aquela que promove para todos o domínio de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas, operativas e sociais necessários ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, à inserção no mundo do trabalho, a

constituição da cidadania, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Neste patamar, o trabalho docente constitui o exercício profissional do professor sendo este o uns dos primeiros compromissos dele com a sociedade. O professor tem em suas mãos o dever e a responsabilidade de preparar os alunos para que se tornarem futuro cidadãos consciente de seus direitos e deveres e sejam ativos e participantes na sua vida familiar, no seu trabalho, nas associações de classe, na vida cultural e política.

Sendo assim a profissão de professor é indispensável à humanidade ela é uma atividade fundamentalmente social, porque contribui para a formação cultural e científica do povo, tarefa obrigatória para outras conquistas democráticas.

Desta forma o autor ainda acrescenta, ao que se referir à qualidade da educação que deve ser almejada na escola, afirmando que:

Não é nada fácil estabelecer como critério de qualidade a igualdade quanto ao atendimento escolar, a qualidade para todos. [...]. O que as escolas precisam buscar, de fato, é a qualidade cognitiva das experiências de aprendizagem dos alunos [...] em consonância com as exigências sociais e educacionais contemporâneas significa prestar atenção nos conteúdos que estão sendo ensinados, na afetividade desses conteúdos para a vida prática.

[...] a primeira corresponde aos objetivos da escolarização obrigatória, [...] tais como a aquisição do conhecimento e da cultura, o desenvolvimento da personalidade, a formação para a cidadania, a inserção no mundo. E em segundo, as atividades-meio que são as condições de realização desses objetivos, incluindo-se, entre essas condições, o planejamento pedagógico e curricular, a organização e gestão da escola, a cultura organizacional, a tecnologia, o desenvolvimento profissional dos professores. (LIBÂNEO, 2001, 56 - 57).

De acordo o que já foi dito, a escola é a principal responsável em assegurar o processo de ensino/aprendizagem de qualidade, abrindo caminhos para que os alunos possam ter acesso e se apropriem dos bens sociais e culturais produzidos pela humanidade. Isso implica em discernir o que é principal na vida e o que é complementar na formação dos alunos como um todo. Contudo, de acordo com a literatura aqui estudada, alguns pontos essenciais para o professor motivar os alunos que sofrem com dificuldade de aprendizado á terem sucesso:

- Valorize seu trabalho;
- De início, forneça atividades que permitam ao aluno ser bem sucedido;

- Conquiste a confiança do aluno;
- Valorize mais a qualidade do trabalho que a quantidade;
- Evite fazer comparação de aluno;
- Valorizar mais o esforço, que os resultados;
- Fazer boa projeção para o futuro juntamente com o aluno;
- Provocar curiosidade, interesse, vontade de saber.
- Varia os ambientes de aprendizagem;
- Conhecer o interesse do aluno do e assim estimular;
- Pareça tudo ser desafios;
- Relacione as matérias com a vida real e o cotidiano do aluno;
- Dê feedbacks constantes, todo aluno gosta de ter um retorno sobre seus resultados e atividades elaboradas dentro e fora da sala de aula;
- Ofereça recompensas para motivar os alunos, Todo mundo gosta de ser recompensado, por um esforço e por obter resultados a partir de um trabalho bem feito principalmente crianças
 - Incentivar o uso de tecnologias em sala;
 - Aproveite os benefícios das tecnologias digitais;
 - Invista em parcerias que torne o aprendizado mais prazeroso;
 - Estimular a definição de objetivos eficazes com os alunos, ou seja atividades significativa.

Neste patamar é de suma importância que a escola e a família caminhem juntas, em prol do desenvolvimento dos alunos, um ponto que merece atenção especial entre os envolvidos no ato de educar é o investimento na motivação dos alunos isto é “ganhar tempo” e não “perder tempo”.

Na verdade quando o aluno percebe que ele é levado em consideração de forma única, sente-se importante, o despertar acontece e assim conseguiu ser envolvido pela aula.

CAPÍTULO 3

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A FUNÇÃO DE ESCOLA PÚBLICA

Conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela Organizações das Nações Unidas em 1948, a educação voltada à inclusão pressupõe um programa educativo que favoreça a formação do indivíduo que respeita e faz respeitar os direitos humanos na sua plenitude. Essas premissas englobam os direitos à liberdade (proclamados pelas revoluções burguesas do século XVIII), os direitos da igualdade (exigidos pelas conquistas sociais do século XIX) e o direito da solidariedade (reconhecido no século XX após a Segunda Guerra).

Partido desse pressuposto, a educação inclusiva tem como papel fundamental suscitar nos educandos a capacidade de reflexão e de crítica, bem como a aquisição do saber, o acolhimento ao próximo, a capacidade de encarar os problemas da vida, etc. Deve ser dialógica, onde o educador adote posturas que levem à colaboração, união, organização, síntese cultural e reconstrução do conhecimento. Precisa superar a sedução, a manipulação, concorrência, invasão cultural e imposição de valores e de conhecimentos. Depreende-se disso que o conceito de educação inclusiva e escola inclusiva

Implica em uma nova postura da escola regular que deve propor no projeto político-pedagógico, no currículo, na metodologia, na avaliação e nas estratégias de ensino, ações que favoreçam a inclusão social e práticas educativas diferenciadas que atendam a todos os alunos. Pois, numa escola inclusiva a diversidade é valorizada em detrimento da homogeneidade. Porém, para oferecer uma educação de qualidade para todos os educandos, inclusive os portadores de necessidades especiais, a escola precisa capacitar seus professores, preparar-se, organizar-se, enfim, adaptar-se. “Inclusão não significa, simplesmente, matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica (MEC-SEESP, 2007, p. 53).

Neste sentido, ela passa a ser considerada como instrumento da justiça social. Assim, no centro do processo pedagógico devem estar como eixo, aqueles que mais têm os direitos essenciais negados: os pobres e as vítimas da injustiça estrutural.

O processo educacional, num sentido ampliado, segundo Frigotto (1996) significa o desenvolvimento de potencialidades e apropriação do saber social – conjunto de conhecimentos e habilidades, atitudes e valores – que são produzidos pelas classes, ao longo da história para dar conta de seus interesses e necessidades.

A concepção de educação aqui, concebida compreende o indivíduo na sua totalidade, como ser constituído pelo biológico, material, afetivo, estético e lúdico. Ou seja, leva em consideração o desenvolvimento físico, político, social, cultural, filosófico, profissional, afetivo, entre outros. Assim, devemos conceber a educação como prática social que se dá nas relações sociais que os homens estabelecem entre si, nas diversas instituições e espaços sociais.

Portanto, hoje, tanto a educação em geral, quanto a educação inclusiva em especial, devem ser trabalhadas dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, onde a formação em geral não apenas deve ter como objetivo a formação técnica, como o desenvolvimento de aptidões e atitudes apropriadas para permitir a adaptação e a permanência no mercado de trabalho, mas, principalmente, para formar cidadãos críticos e reflexivos. Estes desafios chegam em uma época caracterizada pelo avanço desenfreado da tecnologia aliado ao agravamento das desigualdades sociais, aumento do desemprego, da miséria, num mundo onde o homem não reconhece o outro como seu semelhante. Nesse sentido, a escola, por ser o espaço responsável pela construção e transmissão do conhecimento sistematizado e por ser também, responsável pela formação das gerações futuras, não pode se negar a tornar-se contemporânea, nem formar o indivíduo para exercer sua cidadania plena.

Assim sendo, a escola inclusiva ao desempenhar sua função social – de formar sujeitos emancipados – precisa, de acordo com Frigotto (*id*), ser o local, privilegiado, de construção e socialização do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e das relações saudáveis de convivência entre os indivíduos. Nesta ótica, as relações sociais desenvolvidas nas diferentes esferas da vida social, constituem-se processos educativos, assim como os processos educativos desenvolvidos na escola consistem em processos que possibilitam a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No entanto, na prática isso não acontece efetivamente. A respeito disso Frigotto (*id*, p. 84-85) destaca que, apesar do Estado brasileiro ter quase que universalizado o acesso à escola pública, este não tem se preocupado em oferecer qualidade no ensino. Ou seja, a rede pública passou a atender as camadas populares da nossa sociedade em precárias condições de trabalho. Em outras palavras, o Estado brasileiro tem-se mostrado inteiramente desinteressado pela apropriação do saber por parte das camadas pobres.

Esse processo, dentre outros, acabou contribuindo para que a escola pública deixasse de ter um objetivo comum - emancipar o cidadão. Pois num passado não muito distante, quando o ensino público atendia as camadas privilegiadas da sociedade, a função social da escola era reproduzir e reforçar os privilégios das elites, encaminhando seus filhos para os melhores postos de trabalho ou preparando-os para o ingresso na universidade.

Nesse contexto, a escola tem que se tornar objetiva. Ou seja, a práxis educativa precisa ter como objetivo real a utilidade do que se aprender na escola com o dia-a-dia dos sujeitos. Para isso, a escola deve preocupar-se com a formação da consciência crítica de seus alunos, por meio de investimentos em infraestrutura, qualificação profissional, em novos conteúdos e métodos de ensino e formas de avaliação que levem em consideração os conhecimentos prévios do educando.

Em relação a isso, Kuenzer (2003, p. 49) afirma que

A escola deverá propiciar a aproximação do conhecimento por meio da articulação com seu lócus de produção: o mundo das relações sociais e produtivas. Esta articulação é a nova função do professor, que não mais ensina por meio de relações interpessoais com os alunos, mas estabelece a mediação entre eles e a ciência no seu acontecendo, na práxis social e produtiva, gerenciando, portanto, o processo de aprender.

Depreende-se disso que a proposta de educação inclusiva contemporânea, exige que a escola desenvolva o aluno de forma integral; que explore todas as suas potencialidades sejam elas na área da memória, raciocínio, imaginação, capacidade física, na estética e na comunicação com os outros. De acordo com Vieira (*id*, p. 43)

Num mundo em processo de globalização, novas demandas colocam-se para a escola e para aqueles que participam de sua gestão. Novos pilares para a educação no século XXI se firmam: aprender a conhecer, aprender a fazer, apreender a conviver e aprender a ser – para falar de apenas algumas das múltiplas aprendizagens necessárias a um mundo sob o signo de mudança.

Esse modelo de escola exige também um novo perfil de profissional. Este precisa estar qualificado para ter a capacidade de desenvolver todas as potencialidades do aluno. Todavia, o profissional da educação necessita modificar sua postura frente ao processo de ensino e aprendizagem, colocando o aluno como o centro do processo e entendendo este como agente ativo na sua formação escolar; assim como, entendê-lo como um agente que precisa ser motivado para aprender.

3.1 Políticas públicas para diversidade sexual na escola

O combate ao fracasso escolar não tem sido tarefa simples, principalmente com o avanço do desemprego e das desigualdades sociais que se instalou no Brasil nos últimos três anos. O que estamos vivenciando nesse período são as retiradas de direitos e ataques às instituições públicas de ensino, além da tentativa de cerceamento à liberdade de cátedra. Esse quadro tem nos levado de forma lenta e gradual a um distanciamento do real do conhecimento e dos fundamentos político, filosófico, pedagógico e sociológico, tanto da especificidade da educação como um direito, como do papel da escola no atual momento. Fatores que colaboram com o fracasso escolar como a desestruturação familiar, a ausência de políticas públicas adequadas, o desemprego, a desnutrição, a escola, o ensino que não oferece qualidade adequada, a estrutura do sistema de ensino, o próprio desinteresse do aluno, a gravidez na adolescência, condições econômicas precárias, a motivação do professor em sala de aula, etc. Diante de tudo isso, é de extrema urgência a necessidade do fortalecimento de um projeto de ensino que dê conta de entender e minimizar ao máximo essas problemáticas.

Nesse sentido, relacionar os critérios de inclusão e exclusão e a relação entre o preconceito de gênero reproduzidos na escola como sexismo e a homofobia, nos trás um entendimento mais a fundo de como a ausência de políticas públicas efetivas contribuem para o fracasso escolar nas nossas escolas. Principalmente nas escolas situadas nas periferias. De acordo com Butler (2003, p. 19)

[...] o sujeito é uma questão crucial para a política, e particularmente para a política feminista, pois os sujeitos jurídicos são invariavelmente produzidos por vias de práticas de exclusão que não aparecem, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política. Em outras palavras, a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como fundamento. O poder jurídico produz inevitavelmente o que alega meramente representar.

O conceito de gênero surge como fundamental na produção de conhecimento sobre diversidade sexual na escola. As práticas no ambiente escolar são cotidianamente atravessadas por discursos que naturalizam a concepção dual de sexo e gênero. Concepção essa, que por sua vez, naturaliza a expressão heteronormativa de sexualidade como saudável e patologiza as que divergem. Como afirma Vargas (2019)

Tornou-se quase consensual, no meio acadêmico, tomarmos as relações de gênero como algo central na vida social, uma vez que atuam como elemento fundamental na organização de nossas vidas e instituições. Juntamente com as questões de classe e raça, as relações de gênero compõem a tríade analítica que ajuda a esclarecer os mecanismos pelos quais poder e recursos são socialmente distribuídos. Mesmo assim, há que reconhecer a existência de teorias que colocam em questão a autonomia destas relações, tomando-as como derivativas de problemas mais ligados às questões socioeconômicas.

Nortear a construção de uma análise ampliada sobre as causas que levam o aluno a abandonar perpassa também por uma estreita relação entre o preconceito de orientação sexual e o preconceito de gênero que ainda são características marcantes do no sistema público de ensino. Assim, a homofobia, o machismo e o sexismo ainda são características marcantes da nossa sociedade, e a escola acaba por reproduzir essas práticas. Mais uma vez, Butler (*Id*, p. 26) traz a seguinte explicação para esses comportamentos alegando que

Reconsidera o status da mulher como sujeito do feminismo e a distinção de sexo/gênero. A heterossexualidade compulsória e o falocentrismo (lógica do patriarcado) são compreendidos como regimes de poder/discurso com maneira frequentemente divergentes de responder às questões centrais do discurso gênero, de como a linguagem constrói as categorias do sexo [...] Em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significado de gêneros, inscrito em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos recipientes passivos de uma lei cultural inexorável.

Dessa forma, a história da sexualidade revela-se dentro dessa lógica que instala a heterossexualidade compulsória na sociedade em geral e no interior das escolas em especial. Ou seja, acaba por determinar como se dá a relação da diversidade sexual na escola com as políticas públicas voltadas à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos no ambiente escolar. Mais uma vez, Butler (*Id*) esclarece que “quando a cultura relevante que constrói o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino”. (p. 26).

A partir da década de 1990, surgiram importantes políticas públicas voltadas à abordagem da sexualidade na escola visando tanto à prevenção de doenças e promoção da saúde como também à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. Entre os documentos legais que apóiam a atuação profissional nesse campo, destacam-se:

1. Os Parâmetros Curriculares Nacionais;

2. Estatuto da Criança e do Adolescente;
3. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres;
4. Programa Brasil sem Homofobia;
5. Programa Gênero e Diversidade na Escola;
6. Programa de Saúde na Escola.

Assim sendo, a análise da implementação desses programas é de fundamental importância, uma vez que suas propostas buscam romper com os discursos sexistas e heteronormativos que atravessam e constituem as práticas educativas na contemporaneidade. Ou seja, busca a construção de políticas que desenvolvam subsídios teórico-metodológicos voltados ao aperfeiçoamento ou à implementação das políticas públicas com ênfase na garantia dos direitos sexuais dos indivíduos.

Portanto, ao inserir o tema da diversidade sexual como política governamental no espaço escolar, deu-se, no campo teórico, notória importância à discussão da igualdade de gênero, identidade de gênero e orientação sexual. Essa política busca fortalecer a perspectiva dos direitos sexuais como direitos humanos, situando a sexualidade entre os direitos fundamentais para o exercício pleno da cidadania. Isso é importante porque a “associação entre capitalismo e masculinidade é evidenciada em inúmeras argumentações e para alguns a estrutura do mercado anda de mãos dadas com o masculinismo (OLIVEIRA, 2019); e, conseqüentemente, reforçam as práticas machistas, sexistas e homofóbicas no contexto escolar.

De acordo com Oliveira (*Id*) a teoria sobre os papéis sociais e as questões de gênero estão diretamente ligadas ao contexto dos problemas familiares. Esse teórico destaca ainda que os herdeiros deste legado se ressentem de um problema crucial: pouca atenção é dada às relações de poder entre homens e mulheres.

CAPÍTULO 4

EVASÃO ESCOLAR VERSUS EDUCAÇÃO INCLUSIVA

4.1 Entendendo a evasão escolar

O presente capítulo tem por finalidade apresentar uma discussão acerca da evasão escolar apontando suas causas, esclarecendo as possíveis causas individuais e sociais, assim como abrindo a discussão acerca das medidas que pode ser adotadas para minimizar essa problemática da nossa educação pública. Logo, à luz de um referencial teórico específico, foi discutido a relação da evasão escolar com os demais problemas sociais do Brasil, buscando fazer uma conexão entre as condições sócioeconômicas dos indivíduos e o abandono escolar.

Um dos grandes desafios da educação brasileira refere-se à superação da evasão escolar. A evasão escolar é caracterizada quando o aluno abandona a escola em decorrência de um determinado motivo. Infelizmente esse problema educacional e social é comum no nosso país e afeta principalmente os alunos do ensino médio.

Apesar da CF/1988 determinar a universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo, essas metas até hoje continuam sendo perseguidas sem muito sucesso. Chama a atenção nesse processo para o fato da fragmentação e o enfraquecimento da educação pública. Dito de outra forma, significa que os vários obstáculos já enfrentado pela população mais necessitada de ensino gratuito de qualidade ainda sofre com a única opção de educação cabível em sua realidade socioeconômica. De acordo com Araújo (2014, p. 128) percebe-se que por mais que a educação pública tenha avançado no tocante ao analfabetismo, houve um processo de estagnação e conformismo que ocasionou a falta de prioridade por parte de investimentos públicos e, conseqüentemente a população mais necessitada padece com o descaso, enquanto a classe média alta recorre à educação privada para melhor preparar seus filhos. Com suas próprias palavras, Araújo discorre que

Com a democratização passou, também, a se buscar a universalização do ensino; busca essa que influenciou categoricamente para o processo de sucateamento e privatização do sistema escolar público, isto é, para a fuga dos grupos mais afortunados para o sistema de ensino privado. (*Id*, p. 128).

As causas que levam à evasão escolar variam conforme a faixa etária e o nível de ensino. Assim sendo, nos primeiros anos do indivíduo, Ensino Fundamental, o

problema aparece mais naquelas famílias que moram distante da escola e que dificuldades em levar e buscar a criança; ou seja, está associada à dificuldade de acesso à escola; os sujeitos da zona rural são quem mais aparecem nas estatísticas oficiais. Por outro lado, no Ensino Médio, a falta de interesse do sujeito em estudar passa a ser uma das principais causas do abandono escolar. Outro fator que merece destaque é a situação econômica; ou seja, para adquirirem certa autonomia financeira, ou para ajudar a família no complemento da renda, neste caso “incentivados” pelos os pais que às vezes até proíbem os filhos de estudarem. Sendo assim, os estudantes começam a trabalhar e, em consequência disso, abandonam seus estudos. De maneira ainda não tão estudada, mas muito debatido nos tempos atuais, o bullying aparece também como causa do aluno se desestimular da escola e abandoná-la.

De acordo com dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Anísio Teixeira), de cada 100 alunos que ingressam na escola na 1ª série, 95 finaliza o ensino fundamental e 5 deixa de concluir o Ensino Fundamental (IBGE, 2007). Ou seja, o índice de abandono na primeira fase da educação básica é de 5,3%. Em relação ao abandono no Ensino Médio, de acordo com o INEP (2007), é muito maior, chegando a 13,2%. Destes, muitos retornam futuramente à escola na incômoda condição de defasagem idade/série, o que pode causar uma nova evasão e/ou frequentemente o abandono de vez dos estudos.

De acordo com o Censo Escolar realizado entre 2014 e 2015, ainda, em conformidade com o INEP, a taxa de evasão escolar é a seguinte:

- Em primeiro lugar ficou a 1ª Série do Ensino Médio com 12,9%;
- Na segunda colocação ficou a 2ª Série do Ensino Médio com 12,7%;
- Em terceiro lugar ficou a 9 Ano do Ensino Fundamental com 7,7%;
- E na quarta colocação ficou a 3ª Série do Ensino Médio com 6,8%;

Como demonstrado acima, o 1º e o 2º anos do Ensino Médio lideram as estatísticas dos alunos fora da escola. No entanto, outro dado que merece destaque nesse debate são os dados do ano de 2013 do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) indicou que, entre os 100 países com maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), o Brasil apresentava a 3ª maior taxa de evasão escolar,

ficando à frente da Bósnia e Herzegovina (26,8%) e das ilhas de São Cristóvão e Névis, no Caribe (26,5%). No entanto, os dados apresentados pelo PNUD, foram questionados pelo INEP, que alegou que, além de os dados levarem em conta fatores diferenciados entre os países, a referida pesquisa não considerava ainda os atuais 9 anos no Ensino Fundamental, e sim, somente 8 anos do modelo antigo.

Todavia, um dos problemas com os dados oficiais do Ministério da Educação e Cultura (MEC) sobre evasão, é a falta de registros das causas e motivos que determinam o abandono escolar. No entanto, de acordo com dados registrados das escolas por todo o Brasil, apontam que a evasão ocorre em consequência de vários fatores sócioeconômicos, conforme assinalados abaixo:

- A desestruturação familiar;
- Ausência de políticas públicas adequadas;
- Desemprego;
- Falta de condições estruturais na escola;
- Ensino de má qualidade;
- Desinteresse do próprio aluno;
- Gravidez na adolescência;
- Falta de motivação do professor em sala de aula.

Como visto, as razões para a evasão escolar, apontam que os maiores responsáveis pelo problema, podem estar na família, na criança e na escola. Na família devido a desestruturação familiar, a necessidade de complementação de renda, na participação na vida escolar da criança e problemas afetivos. Quanto a criança, se dá por falta de interesse do aluno, da sua não participação nas atividades, da falta de perspectiva de vida e da defasagem de aprendizagem trazida dos anos anteriores. E quanto á escola, pode ser responsável pela evasão, pela maneira como o professor ministra suas aulas, na forma que transmite os conteúdos, a estrutura física inadequada, falta de políticas públicas assistencialista e uma política da escola que propicie uma maior integração entre a comunidade escolar interna e externa.

Depreende-se disso que a evasão não é consequência apenas de um fator social ou econômico. Ou seja, ela está vinculada a diversos fatores que juntos trazem grandes consequências sociais negativas para o país. Trata-se de um

fenômeno que afeta a sociedade como um todo. Corroborando com isso, Patto (1997, p. 59) destaca que:

A reprovação e a evasão escolar são: um fracasso produzido no dia-a-dia da vida na escola e na produção deste fracasso está envolvido aspectos estruturais e funcionais do sistema educacional, concepções de ensino e de trabalho e preconceitos e estereótipos sobre sua clientela mais pobre. Estes preconceitos, no entanto, longe de serem umas características apenas dos educadores que se encontram nas escolas, estão disseminados na literatura educacional há muitas décadas, enquanto discurso ideológico, ao se pretender neutro e objetivo, participa de forma decisiva na produção das dificuldades de escolarização das crianças das classes populares.

Assim, ao identificar os principais fatores que contribuem para a evasão, entende-se que é preciso se debruçar sobre eles, para que a escola, conheça e reflita sobre os diferentes aspectos que permeiam no decorrer de suas atividades políticas-pedagógicas na tentativa de oferecer uma educação que venha atender, de fato, as necessidades do indivíduo, da sociedade e principalmente superar o processo de evasão escolar que exclui principalmente os indivíduos de classe menos favorecidas economicamente. Destarte, Gentili (2008, p. 29) esclarece que:

Os sistemas educacionais nacionais não pararam de crescer e ampliar seu alcance, passando a incluir parcelas da população historicamente excluídas do acesso às instituições escolares [...] estes mesmos sistemas intensificaram a sua tendência à segmentação, reproduzindo as persistentes formas de segregação que marcaram seu desenvolvimento histórico. Criaram assim, novas dinâmicas de exclusão endógenas, cada vez mais complexas e difusas.

Os estudantes que abandonam a escola costumam ter baixa autoestima, o que dificulta as suas relações interpessoais e também profissionais. Nesse sentido, inserir-se no mercado de trabalho torna-se ainda mais difícil. Tudo isso gera um forte sentimento de desmotivação, a qual acaba por consolidar ainda mais a desigualdade social no Brasil.

À respeito disso, Gentili (2008, p. 36) discorre que “as sociedades cada vez mais injustas não podem ter se não sistemas educacionais também injustos e discriminatórios. Injustiças e discriminações que nascem de um sistema altamente heterogêneo e desigual”. Por conseguinte, o autor destaca que o gatilho para o abandono e o fracasso escolar dar-se-á em virtude da busca acirrada por meios de sobrevivência. Significa dizer que mesmo com mais possibilidades de escolarização, a camada da população que padece de condições básicas de sobrevivência, não poderá ocupar grandes espaços no ensino formal. Dito em outras palavras, significa

que a nossa forma política e estrutural de nação, construída historicamente, tem inviabilizado o desenvolvimento educacional da parcela de sua população menos abastada.

É importante ressaltar que existe em nossas legislações a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), por exemplo, documentos legais que tem por finalidade combater tal problema, criando mecanismos legais para garantir a permanência na escola e por direito a educação integral a todos. Cabe assim, as instituições responsáveis buscarem fazer uso eficiente desses mecanismos legais de combate aos problemas que podem levar à evasão e ao fracasso escolar.

4.2 Entendendo a educação inclusiva

A educação voltada à inclusão pressupõe um programa educativo que favoreça a formação do indivíduo e que respeita e faz respeitar os direitos humanos na sua plenitude. Essas premissas englobam os direitos à liberdade (proclamados pelas revoluções burguesas do século XVIII), os direitos da igualdade (exigidos pelas conquistas sociais do século XIX) e o direito da solidariedade (reconhecido no século XX após a Segunda Guerra).

Partido desse pressuposto, a educação inclusiva tem como papel fundamental suscitar nos educandos a capacidade de reflexão e de crítica, bem como a aquisição do saber, o acolhimento ao próximo, a capacidade de encarar os problemas da vida, etc.

Depreende-se disso que o conceito de educação inclusiva e escola inclusiva,

Implica em uma nova postura da escola regular que deve propor no projeto político-pedagógico, no currículo, na metodologia, na avaliação e nas estratégias de ensino, ações que favoreçam a inclusão social e práticas educativas diferenciadas que atendam a todos os alunos. Pois, numa escola inclusiva a diversidade é valorizada em detrimento da homogeneidade. Porém, para oferecer uma educação de qualidade para todos os educandos, inclusive os portadores de necessidades especiais, a escola precisa capacitar seus professores, preparar-se, organizar-se, enfim, adaptar-se. “Inclusão não significa, simplesmente, matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica (MEC-SEESP, 2007, p. 53).

Neste sentido, ela passa a ser considerada como instrumento da justiça e da paz. Assim, no centro do processo pedagógico devem estar como eixo, aqueles que mais têm os direitos essenciais negados: os pobres e as vítimas da injustiça estrutural.

CAPÍTULO 5

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente capítulo tem o objetivo de explicitar e analisar as estratégias metodológicas adotadas para a pesquisa, a contribuição epistêmica, documentos institucionais, entrevistas e sistematização das informações coletadas, tendo por finalidade situar o leitor frente ao caminho percorrido para o alcance dos objetivos *a priori* estabelecidos. Nesse sentido, a bibliografia abordada enfatizou a importância do ensino formal como instrumento potencializador dos objetivos educacionais, os quais permitem aos sujeitos se tornarem cada vez mais conscientes dos seus direitos e deveres, sobretudo, por meio de uma formação social, cultural, política e relacional para a compreensão e leitura de mundo. Em outras palavras, permitiu subsídios para entender historicamente a educação brasileira, especialmente sua importância e subsídios para o desenvolvimento do cidadão pleno e da transformação social.

Para analisar a relação entre as práticas educacionais e a finalidade da educação utilizamos a pesquisa qualitativa, haja vista que sua abrangência possibilita penetrar na raiz de significados que envolvem o objeto de estudo. Sendo assim, Minayo (2002) enfatiza que este tipo de pesquisa possui características que adentram as causas, crenças, valores, atitudes, e em todo um universo de significados no espaço das relações, processos e fenômenos sobre a operacionalização de variáveis a que esse tipo de estudo direciona suas atenções. Portanto, a abordagem qualitativa permite o estabelecimento de uma dinâmica intrínseca entre o objeto de estudo e os dados adquiridos nas entrevistas, documentos e referencial teórico que, juntos, inseridos numa relação simultânea de entendimento que permitem obter resultados, além de fomentar debates e reflexões propositivas na ligação entre educação e transformação social.

Assim, a pesquisa qualitativa, por meio do estudo de caso, foi a abordagem utilizada para se chegar aos objetivos da pesquisa, tendo como campo de investigação uma escola pública, no município de Bandeirantes no estado do Tocantins. A referida unidade de ensino foi escolhida levando em consideração sua característica de atuação na oferta educacional de 1º ao 3º ano do ensino médio da educação básica. Dito de outra forma, a escolha se deu levando em consideração que o “estudo de caso, como outras estratégias de investigação, é uma maneira de

investigar um tema empírico seguindo um conjunto de procedimentos pré-especificados” (YIN 1994, p. 27). Yin (2005) ainda enfatiza que apesar das limitações o estudo de caso é o método que permite reconhecer a fundo todas as características de um determinado fenômeno.

Para se analisar as práticas pedagógicas da escola, dentro da perspectiva dos objetivos da pesquisa, os procedimentos metodológicos assumidos nesse trabalho surgem como meios para responder a seguinte problemática: o que levam os alunos a não concluírem o ano letivo no ensino médio? Qual a visão dos trabalhadores sobre as causas da evasão escolar? E como fazer para que os educandos permaneçam nas escolas, sem precisarem abandonar a sala de aula? A partir desses questionamentos, o problema central da pesquisa pode ser formulado da seguinte maneira: Quais são os fatores que influenciam alunos do ensino médio da Escola Estadual Arcelino Francisco do Nascimento a desistirem de concluir o ano letivo?

Dentre as etapas da investigação, realizou-se duas visitas institucional e cinco visitas domiciliares, análise documental da instituição envolvida, realização de entrevistas, sistematização dos dados coletados por meio de construção de matriz analítica e análise dos resultados obtidos à luz do referencial teórico.

No levantamento exploratório a coleta das informações se deu por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, tanto para os profissionais em educação, como para os demais atores envolvidos na pesquisa. O contato com esses sujeitos se deu por meio de realização de visitas institucionais e contato telefônico para agendamento das entrevistas, haja vista a pouca disponibilidade de tempo, especialmente pelos professores e direção da escola para realização da atividade, fato esse que durou cerca de 6 meses para finalização de todas as entrevistas propostas pela pesquisa.

Quanto a análise das informações obtidas por meio das entrevistas aplicadas, utilizou-se a análise de conteúdo, devido a sua descrição analítica que permitiu encontrar significações na temática pesquisada. Dessa forma, em conformidade com Bardin (1997), o tratamento das informações contidas nas mensagens necessitou de análise dos seus significantes, e o tratamento descritivo permitiu caracterizar de maneira sistemática e objetiva para se chegar ao entendimento da natureza da investigação e a força dos sujeitos submetidos a esse processo.

Conforme supracitado, o estudo de caso foi a abordagem metodológica utilizada nesse trabalho, haja vista ser uma abordagem epistêmica com a finalidade

de caracterizar as percepções e entendimentos que os sujeitos consultados têm sobre as práticas pedagógicas desenvolvida pela escola.

CAPÍTULO 6

A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MEDIO DA ESCOLA ESTADUAL ARCELINO FRANCISCO DO NASCIMENTO NO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES DO TOCANTINS – TO

6.1 Caracterização do município e da escola

De acordo com o site² da prefeitura de Bandeirantes do Tocantins, foi forjado pela luta dos pioneiros que migraram para a região a partir de 1925, dentre eles, destaca-se o ex-governador do Estado o senhor José Wilson Siqueira Campos.

Na década de 1960, com a abertura da BR-153 (Belém-Brasília), foi possível a ligação da Colônia Agrícola denominada Bernardo Sayão, atualmente município de Bernardo Sayão, com o principal eixo de desenvolvimento da região norte. Este fato, de acordo com as informações do site, <https://www.bandeirantes.to.gov.br/municipio>, possibilitou a atração de empresários interessados em investir na região. A partir daí, instalou-se uma indústria do ramo de beneficiamento de madeira, o que fez com que o município de Bandeirantes começasse a se consolidar como região de destaque. Nessa época o município de Bandeirantes era um distrito do município de Arapoema.

Em 03 de outubro de 1.993 começa a se concretizar o processo de emancipação, com a realização de um plebiscito. Em 26 de maio de 1.994, através do decreto Lei nº 685/94, foi criado o Município de Bandeirantes do Tocantins, publicado no Diário Oficial do Estado nº 347 de 27/05/94. Em 03 de outubro de 1.996 foi realizado a primeira eleição para Prefeito e em 1º de janeiro de 1.997 foi instalado o Município de Bandeirantes do Tocantins.

De acordo com o último senso do IBGE, em 2010, o município possui uma população de 3.122 habitantes. O município possui área de 1.672,322 Km², e fica localizado na microrregião de Araguaína. De acordo com o site³ da Escola Estadual

² Disponível em: <https://www.bandeirantes.to.gov.br/municipio>. Acesso no dia 20 de fevereiro de 2021.

³ Disponível em: <http://arcelinodebandeirantes.blogspot.com/p/dados-historico-da-escola.html>. Acesso no dia 20 de fevereiro de 2021.

Arcelino Francisco do Nascimento, encontra-se situada na rua Cícero Carneiro, nº 1578, no centro da cidade de bandeirantes do Tocantins. A referida instituição foi criada pela Lei Municipal nº 131/80 de 02 de junho de 1980, mas somente começou sua oferta de ensino no ano de 1985, com o advento da portaria nº 120/85 que autorizou a oferta de matrículas de 1ª a 8ª série do ensino fundamental. A autorização de funcionamento foi concedida pela Portaria nº 007/89, tendo como Estrutura Curricular nº 036/89 aprovado pelo CEE na Resolução nº 031/89.

Ainda, de acordo com o site da escola, em 25 de maio de 2007 a Portaria SEDUC nº 2.968, ampliou a oferta para os cursos do Ensino Médio Básico. Nesse sentido, com a transferência da escola Municipal para Estadual em 1985, ocupou-se o prédio cedido pelo município, instalando-se em sede própria 10 anos depois.

6.2 Análise e interpretação dos dados

6.2.1 Análise do questionário 1 - secretaria da escola

O questionário teve por objetivo pesquisar e entender sobre a evasão escolar entre jovens e adolescentes no ensino médio e foi aplicado junto à secretaria da Escola Estadual Arcelino Francisco do Nascimento. Segue abaixo as análises e interpretações.

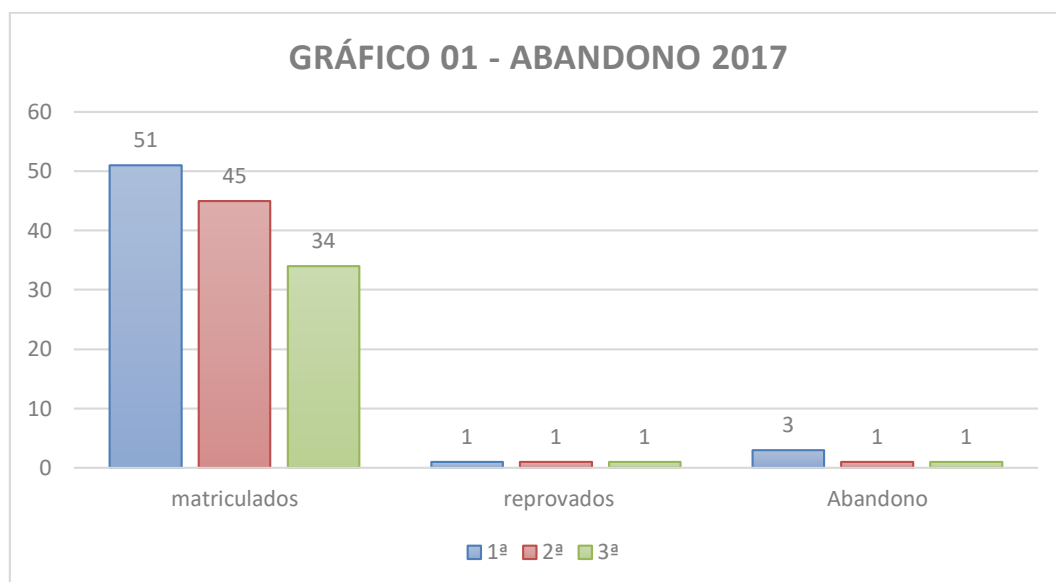
A entrevista realizada com a secretária de escola ocorreu da seguinte forma:

1. Quantos alunos do ensino médio se matricularam e não concluíram o ano letivo em **2017**?

Série	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Transferidos	Abandono
1ª	51	47	1	5	3
2ª	45	43	1	4	1
3ª	34	32	1	3	1

- No 1º Ano foram matriculados 51 alunos; destes, abandonaram 03 alunos, totalizando um percentual de 5,88%.
- No 2º Ano foram matriculados 45 alunos; destes, abandonou 01 aluno, totalizando um percentual de 2,22%.
- No 3º Ano foram matriculados 34 alunos; destes, 01 aluno abandonou, totalizando um percentual de 2,94%.

- Quanto a idade, no 1º ano desistiram 01 de 17 anos, 01 de 34 e outro de 14. E nos 2º e 3º anos, 01 de 23 e outro de 17 respectivamente. Veja a ilustração no gráfico abaixo:

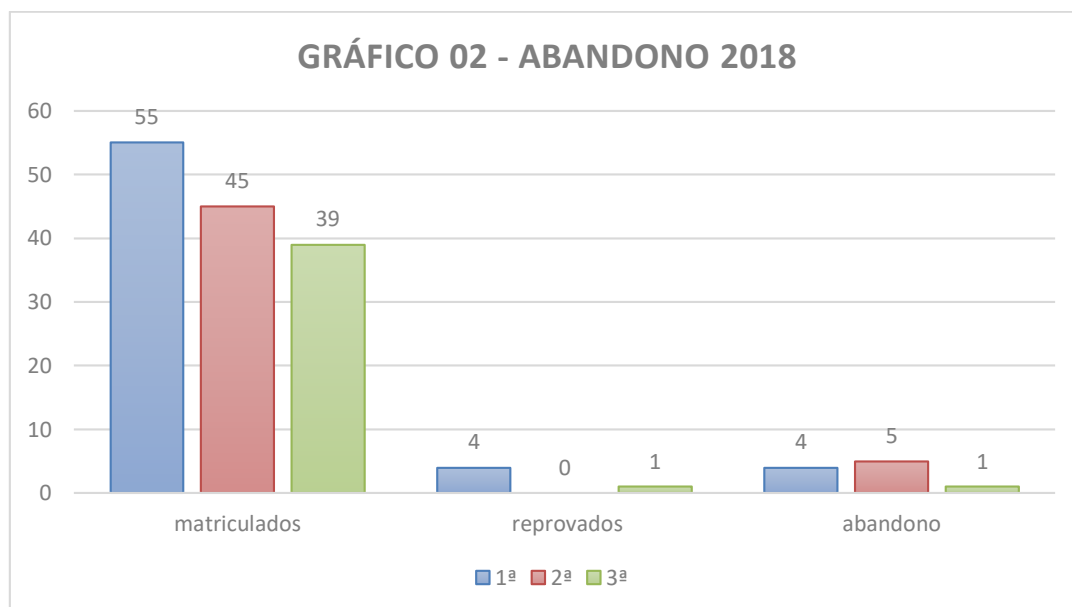


Fonte: elaboração própria, com base nos dados fornecidos pela Esc. Arcelino F. do Nascimento, 2021.

2. Quantos alunos do ensino médio se matricularam e não concluíram o ano letivo em **2018**?

Série	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Transferidos	Abandono
1ª	55	47	4	5	4
2ª	45	40	0	2	5
3ª	39	37	1	5	1

- No 1º Ano foram matriculados 55 alunos; destes, abandonaram 04 alunos, totalizando um percentual de 7,27%.
- No 2º Ano foram matriculados 45 alunos; destes, abandonaram 05 alunos, totalizando um percentual de 11,11%.
- No 3º Ano foram matriculados 39 alunos; destes, 01 aluno abandonou, totalizando um percentual de 2,56%.
- Quanto a idade, no 1º ano desistiram 03 de 15 anos, 01 aluno de 16. No 2º Ano, desistiram 01 de 15 anos, 03 de 16 anos e 01 de 20 anos. E no 3º ano, 01 de 24. Veja no gráfico abaixo:

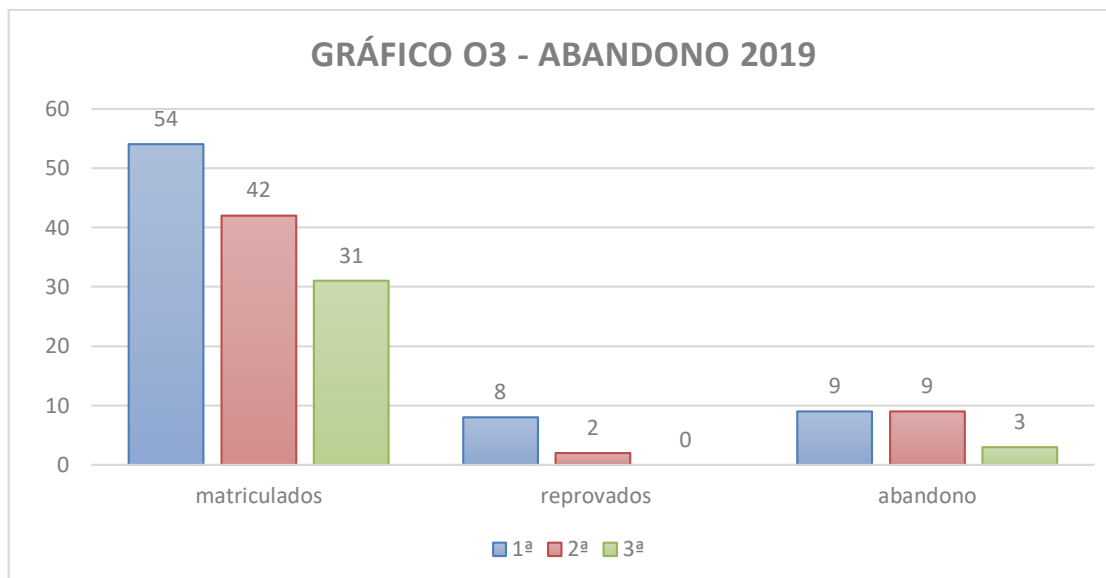


Fonte: elaboração própria, com base nos dados fornecidos pela Esc. Arcelino F. do Nascimento, 2021.

3. Quantos alunos do ensino médio se matricularam e não concluíram o ano letivo em 2019?

Série	matriculados	Aprovados	reprovados	transferidos	Abandono
1ª	54	37	8	4	9
2ª	42	31	2	4	9
3ª	31	28	0	7	3

- No 1º Ano foram matriculados 54 alunos; destes, abandonaram 09 alunos, totalizando um percentual de 16,67%.
- No 2º Ano foram matriculados 42 alunos; destes, abandonaram 09 alunos, totalizando um percentual de 21,43%.
- No 3º Ano foram matriculados 31 alunos; destes, 03 alunos abandonaram, totalizando um percentual de 9,68%.
- Quanto a idade, no 1º ano desistiram 03 de 16 anos, 03 alunos de 17, 02 alunos de 18 anos e 01 aluno de 34 anos. No 2º Ano, desistiram 03 alunos de 16 anos, 02 alunos de 18 anos, 02 alunos de 19 anos, 01aluno de 21 anos e 01 aluno de 32 anos. E no 3º ano, 01 aluno de 16, 01 aluno de 18 anos e 01 aluno de 29 anos. Conforme ilustrado no quadro a seguir:



Fonte: elaboração própria, com base nos dados fornecidos pela Esc. Arcelino F. do Nascimento, 2021.

Na opinião da secretária da escola, para erradicar a evasão faz-se necessário cobrar mais das famílias. Sabe-se que é a família que é responsável pelo início da socialização dos sujeitos. Logo, é nela que o indivíduo adquire os primeiros padrões de comportamento, hábitos e percepções da realidade, característico do meio social mais amplo, como também da classe social pertencente... Conforme Teixeira, “de fato, só se educa pelo meio na educação pela família é que este princípio fundamentalmente ainda melhor se aplica” (1967, p. 54). Dito de outra forma, a transmissão de modelos normativos e de comportamentos, encontrados na sociedade global e o indivíduo, por meio de sua posição de classe, transmitindo a cultura acessível às camadas e grupos sociais onde os pais se encontram.

Sendo assim, apesar da escola ser responsável pela aprendizagem formal, necessária ao desempenho das diversas profissões, a influência da família é de fundamental importância nos rumos da ocupação futura de seus filhos. Isso pode acontecer de maneira consciente ou inconsciente da situação de classe. Ou seja, é possível que o sujeito tome conhecimento, ou não, das oportunidades e de se preparar melhor para as oportunidades de desempenhar uma profissão que lhe possibilite ascensão social. Depreende-se disso que a medida em que os pais estimulam, ou não, seus filhos para o sucesso escolar e outras relações tidas como valiosas é frequentemente considerado um fator importante para a permanência, com sucesso, do sujeito na escola.

Tudo isso evidencia que a atuação da família é mais profunda do que a da escola na formação da personalidade dos sujeitos. Se a família tiver escolhido a escola para seus filhos de acordo com a semelhança de orientação em relação a que

é dada em casa e se as duas instituições trabalharem em sintonia com os seus objetivos não haverá de acontecer conflitos de valores, desde que guardada, é lógico, as devidas áreas de atuação de cada uma. Ou seja, a atuação da escola é mais extensa em termos de educação formal, com transmissão e construção de conhecimentos necessária para a vida futura; enquanto a família é mais voltada para o desenvolvimento da personalidade, sentimentos e emoções.

Em vista disso, a escola deve criar as condições propícias para a participação da comunidade escolar, em especial a família, nas discussões sobre as questões pedagógicas e administrativas, como sistema de avaliação, projeto pedagógico, currículo, regimento interno, gerenciamento dos fundos destinados à unidade de ensino. Ou seja, é necessário que a escola trabalhe esse processo de conscientização dos pais/responsáveis e professores para a necessidade de construir juntos os rumos dos objetivos educacionais da escola.

As medidas tomadas pela escola para combater a evasão escolar, de acordo com a secretária escolar, se deram da seguinte forma: após a identificação dos alunos faltosos, estes receberam a visita do orientador educacional para preenchimento da FICAI (Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente) e incentivo de que retornassem à escola. Vale ressaltar que a FICAI é um instrumento que visa garantir a permanência do aluno na sala de aula através de parceria entre escola, Conselho Tutelar e Ministério Público, que atuam conjuntamente no combate à infrequência, que é o primeiro passo para o abandono e a evasão escolar.

De acordo com Libâneo (1994, p. 70) “a atuação da escola consiste na preparação do aluno para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhe um instrumental, por meio da aquisição de conteúdos e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade”. Acrescendo a essa fala, a LDBEN e o ECA reforçam o princípio constitucional de que a educação é um direito de todos, sendo prioritário para as crianças e adolescentes; sendo assim, é dever da família, comunidade, da sociedade em geral e do Estado. Nesse sentido, definiu como um de seus objetivos, dar direito de retorno aos excluídos do ambiente escolar, de forma a lhes proporcionar um ambiente acolhedor pronto a garantir que esse indivíduo não mais abandone a escola.

Depreende-se disso que deve ser um processo para todos, envolvendo todos, principalmente a família e a escola, sem que haja distinção de características pessoais, condições econômicas ou deficiências; e que tem seu fundamento na ação

do Estado por meio de políticas públicas. Portanto, quando o tema é educação e permanência na escola, são parceiros prioritários e estratégicos: Família, Escola e Conselho Tutelar.

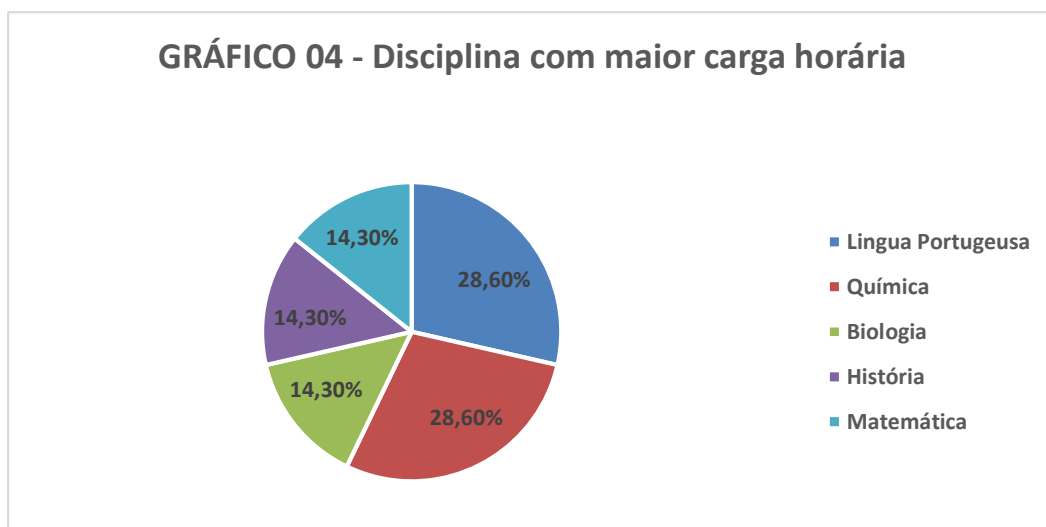
Uma maneira de reduzir a evasão escolar e trabalhar a prevenção das causas que levam ao aluno a abandonar os estudos. Existem várias estratégias para isso, na qual destacamos a união de ações entre escola e família no processo contínuo de conscientização do aluno sobre a importância da formação escolar em sua vida e incentivando-os participarem das atividades escolares.

No acompanhamento assíduo aos alunos, realizando reunião com professores, visitas nas residências dos alunos faltosos e, juntamente com o conselho tutelar, fazer um projeto de combate à evasão escolar específico para cada escola. Cabe ao Estado, por meio de programas assistenciais como o Bolsa família e outros, ajudar na medida do possível aos pais financeiramente manter os filhos na mesma. Todavia, cabe a instituição escolar valer-se de todos os recursos disponíveis para garantir a permanência dos alunos na escola e no caso de faltas excessivas, não justificadas e de evasão escolar, comunicar junto ao Conselho Tutelar, para que tome medidas cabíveis. Em suma, todos devem atuar de forma independente e harmônica, num regime de colaboração mútua e recíproca, dependendo de cada situação, atuando de forma direta e indireta para garantir a educação.

6.2.2 Análise do questionário 2 – corpo docente

Para se chegar ao entendimento do corpo docente da escola, sobre a evasão escolar, foi aplicado um questionário para 8 profissionais. Segue a análise

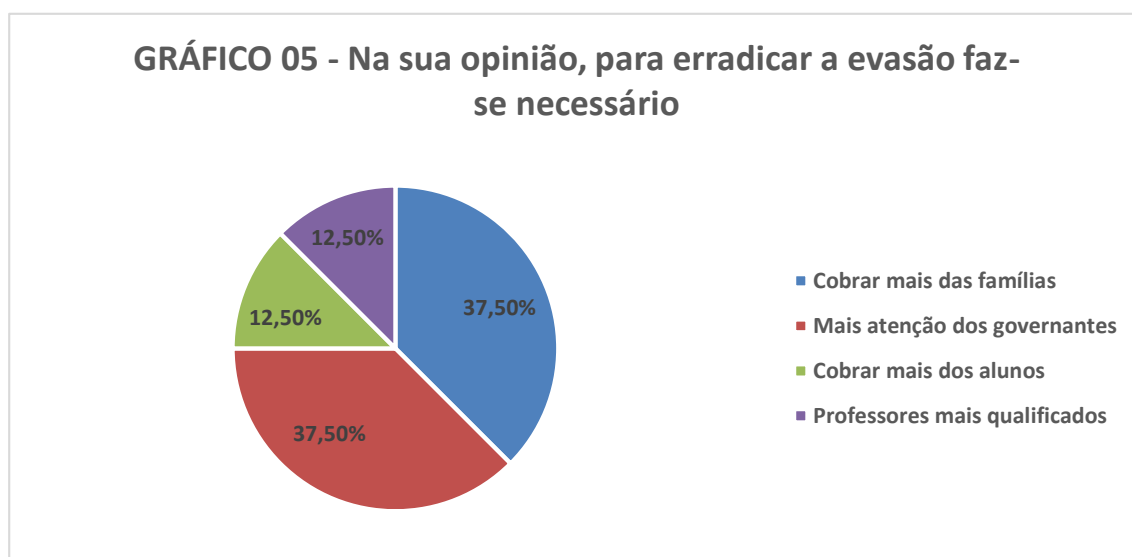
das respostas: Em relação à disciplina de maior carga horária, apontaram Língua



Fonte: elaboração própria, com base nos dados fornecidos pela Esc. Arcelino F. do Nascimento, 2021.

Portuguesa e Química com 28,6% cada e Biologia, História e Matemática com 14,3% cada, como demonstrado no gráfico:

O gráfico abaixo demonstra a opinião dos professores em relação à erradicação da evasão escolar. Nesse sentido, para resolver esse problema faz-se necessário “cobrar mais das famílias” (37,5%), “mais atenção dos governantes” (37,5%), “cobrar mais dos alunos” (12,5%) e “professores mais qualificados” (12,5%).



Fonte: elaboração própria, com base nos dados fornecidos pela Esc. Arcelino F. do Nascimento, 2021.

De acordo com Teixeira “A educação é o processo pelo qual o indivíduo

se formará para a sociedade plural e múltipla a que irá pertencer. Temos de fazer instituições educativas, integradas, humanas e pessoais na qual ingressará, com o viático de sua formação escolar”. (1997, p. 27). Contudo, a igualdade de oportunidades efetiva-se pelo direito a educação e pelo fortalecimento do sistema público de educação, de forma em que todos, em igualdade e condições, possam dele participar e nele continuar até os níveis mais altos de estudos. Sendo assim, a educação como um direito preconiza que toda pessoa, independente características de raça, gênero, religião, condições econômicas ou deficiências, é inalienável ao indivíduo e assegurado pela família e o Estado.

Questionados sobre quais foram as medidas tomadas pela escola para combater a evasão escolar, os profissionais do magistério apontaram o seguinte:

- Visita domiciliar com ficha FICAI;
- Ir até o aluno e pais para orientar por meio de comunicação (celular) e até mesmo, fazer visita aos pais para falar da importância dos filhos continuarem e não desistir;
- Ir atrás dos alunos, e tentar reverter a situação;
- Criou-se o professor padrinho ou madrinha da turma, com o objetivo de acompanhar melhor a frequência dos estudantes;
- Visita domiciliar, ou por meio de contato telefônico e *whatsapp* aos alunos ou responsáveis realizada pelo Orientador Educacional;
- Projeto de intervenção, visitas para orientação. Indo em busca dos evadidos dando apoio para retornarem aos estudos;
- Visitas realizadas pelo orientador educacional, diretor, professores, para conscientizar o discente e sua família da importância da educação e conclusão dos estudos.

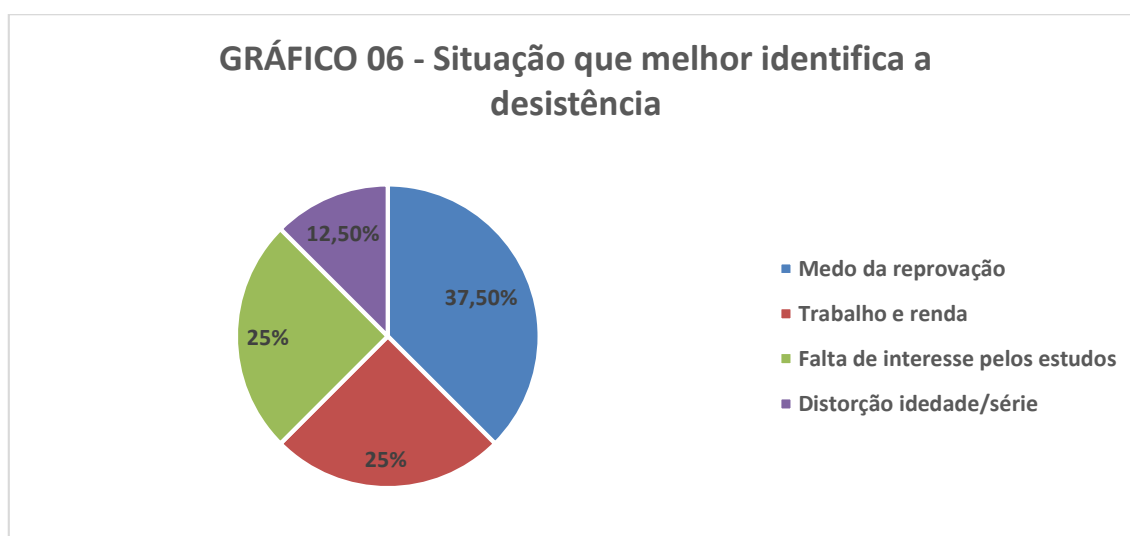
Essas medidas são de fundamental importância para freiar a evasão. Uma vez ausente da escola, o educando fica desatualizado dos conteúdos sequenciais de cada disciplina, e isso faz com que ao retornar as atividades escolares sofra com a desmotivação e por conseguinte vir a abandonar o ano letivo. Contudo, sabemos que a escolarização é um dos requisitos fundamentais para o processo

de democratização necessária e essas ações elencadas acima são capazes de minimizar o atraso do processo de escolarização buscando proporcionar a todos os alunos igualdade de condições, o domínio dos conhecimentos sistematizados e o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais requeridas para a continuidade de estudos. Sendo assim, esse resgate vai proporcionar ao aluno o domínio dos conhecimentos sistematizados e promover o desenvolvimento das suas capacidades intelectuais. Assim sendo, o ensino corresponde às ações indispensáveis para realização da instrução, por meio da atividade conjunta entre profissionais da educação, alunos e comunidade na qual transcorre o processo de transmissão e assimilação ativa de conhecimentos, habilidades e hábitos.

Os docentes também elencaram outros pontos importantes que devem ser observados para nortear os trabalhos da escola no sentido de promover o ensino com mais sucesso para os alunos em condições de precariedade escolar:

- Nem todos acompanha as aulas online às vezes por falta de condições financeiras, para manter internet e até mesmo dividir um celular quem sabe para mais irmãos;
- Construir um currículo que dê mais significado à aprendizagem;
- Gravidez na adolescência;
- Distorção idade e série;
- Falta de valorização do saber por não acreditarem neles próprio;
- Família desestruturada.

Os motivos mais destacados estão representados na gráfico abaixo:



Fonte: elaboração própria, com base nos dados fornecidos pela Esc. Arcelino F. do Nascimento, 2021.

O fracasso escolar está relacionado a vários fatores de natureza socioeconômicos, organização escolar, condições de vida físicas e psicológicas, características individuais do indivíduo, estrutura familiar, o corpo docente e a interação professor/aluno. Todos esses fatores fazem com que a educação básica pública brasileira não consiga segurar todos os alunos na escola durante o ano letivo. Ao longo das décadas tem-se observado sucessivas perdas de alunos. O que explica esse fenômeno são fatores interno e externos à escola, mas é cada vez mais evidente que a exclusão tem a ver, em grau significativo, com aquilo que a escola e os professores fazem ou deixam de fazer. Nesse sentido, o fracasso escolar é visto no sistema educacional brasileiro como um dos graves problemas, que atinge as crianças e jovens mais pobres. O fracasso escolar significa um elevado número alunos com baixa aprendizagem, de reprovação e de exclusão da escola ao longo dos anos.

Em suma, fica evidenciado pelos problemas apontados pelo corpo docente da escola , que parte do problema se dá ao sistema educacional devido a falta de estrutura adequada das escolas, ao estilo de ensino dos professores, o currículo e a ausência de políticas públicas adequadas para que o aluno permaneça com sucesso no processo de educação formal. Dito de outra forma, muitas famílias necessitam de apoio governamental e a escassez e/ou falta de políticas públicas de complementação de renda acarreta a infrequência do aluno na escola. Sendo assim, a família tem sua parcela de responsabilidade no tacante à evasão, devido à desestruturação familiar, necessidade de complementação de renda, falta de recursos financeiros, etc.

Ressalta-se que muitos alunos vão à escola e lá fazem suas refeições; muitas das vezes os jovens precisam parar de estudar para ajudar em casa. Além disso, muitas famílias tem sérios problemas por falta de afetividade, outras que não dão conta de acompanhar a vida escolar do aluno. Tudo isso reforça ainda mais a necessidade de reconhecimento formal e expresso de que a educação é um interesse público a ser promovido pelo poder público.

O sucesso ou fracasso escolar dependem conjuntamente da inter-relação família e aluno, políticas públicas e depois professores e alunos. Assim sendo, o fracasso acarreta ao sistema educacional um número elevado de faltosos seguido de várias reprovações, comprometendo, assim, a vida escolar do adolescente que logo cai na desmotivação e a sua permanência na escola fica comprometida. Quando a família e a escola interrompe esse processo, a educação transforma-se num processo de ascensão social e mudança nos quadros de miséria da sociaedade.

São muitos os fatores didáticos que acabam discriminando socialmente os alunos e alunas. Um exemplo é o fato de já no início do ano letivo o professor já “prever” quais alunos serão reprovados. Geralmente, essa previsão acaba se materializando, uma vez que os reprovados no final do ano são geralmente aqueles já rotulados pelo professor. Além disso, por muitas vezes os alunos com baixo rendimento recebem tratamento desigual, pois o professor prefere os que melhor correspondem as suas expectativas de “aluno perfeito”. Por isso, os objetivos são planejados tendo-se em vista uma criança idealizada e não uma criança concreta, cujas características de aprendizagem são determinadas pela origem social. Na maioria das vezes a prática pedagógica do professor desconsidera a história de vida do aluno, seus conhecimentos e experiências, suas capacidades e seu nível de preparo para estar na escola. É, também muito comum os professores justificarem as dificuldades das crianças na alfabetização e nas demais fases pela “pouca inteligência”, falta de maturidade, desinteresse, etc.

De acordo com Libâneo (1990 pág. 22), a pedagogia liberal sustenta a ideia de que a escola tem por função preparar o indivíduo para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais. Para isso, os indivíduos precisam aprender a adaptar-se aos vários valores e às normas vigentes na sociedade de classes, através de desenvolvimento da cultura individual. No entanto, a ênfase no aspecto cultural esconde a realidade das diferenças de classes, pois, embora difundida a ideia de igualdade de oportunidades, não leva em conta a desigualdade de condições.

Depreende-se disso, que a qualidade de ensino é inseparável das características econômicas, socioculturais e psicológicas. E isso reforça a importância que escola e os seus profissionais têm sua parte a cumprir na luta contra o fracasso escolar. Dito isso, é preciso também ressaltar que o ensino formal de qualidade contribui para superação dos fracasso escolar se os objetivos e conteúdos forem acessíveis, socialmente significativos e assumidos pelos alunos. Reforçando com Libâneo (1994, pág. 42), é necessário enfrentar e derrotar o fracasso escolar; e se quisermos isso de fato, é necessário rever a concepção de qualidade de ensino.

Corroborando com tudo isso e reforçando a CF/1988, a LDB 9394/96 define em seu Art. 2º: A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideias de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e na

sua qualificação para o trabalho.

6.2.3 Análise do questionário 3 – público alvo da evasão

O questionário 3 teve como objetivo pesquisar identificar, na comunidade, o público alvo da evasão entre jovens e adolescentes no ensino médio, nos anos de 2017, 2018 e 2019. Segue os resultados e as respectivas análises.

Com alunos evadidos no ano de 2017, foram aplicados o questionário para 3 pessoas, sendo 2 do sexo masculino com idades de 17 anos que frequentavam turmas dos 1º e 2º anos; e 1 do sexo feminino, de 14 anos, matriculada no 1º ano. Todos se autodeclararam pardos. A renda familiar gira entre 1 e 2 salários mínimos. Questionados sobre as causas que os levaram a se evadirem da escola, foi apontado pelos dois jovens a necessidade de trabalhar para complemento da renda família enquanto a jovem desistiu por conta de uma gravidez.

Com alunos evadidos no ano de 2018, foram aplicados o questionário para 8 pessoas, sendo: 3 do sexo masculino e 1 do feminino, com idades de 15 e 16 anos matriculados na turma do 1º ano; 3 do sexo feminino e 1 masculino, com idade de 15 e 16 anos, matriculada no 2º ano. Desses, 1 se autodeclarou negro e 7 se autodeclararam pardos. A renda familiar girando entre 1 e 2 salários mínimos. Questionados sobre as causas que os levaram a se evadirem da escola, foi apontado pelos jovens da seguinte forma:

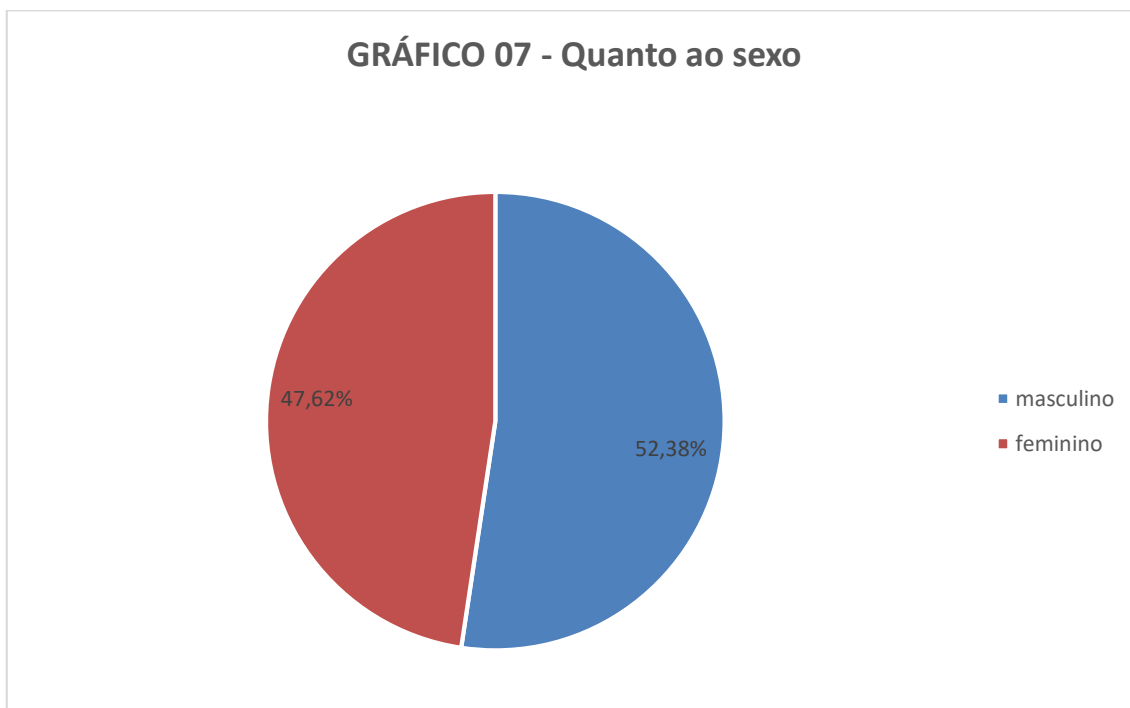
- 2 apontaram como causa as dificuldades em acompanhar o conteúdo ensinado;
- 3 apontaram a falta de interesse pelo que é ensinado;
- 1 apontou a necessidade de trabalhar para complemento da renda família;
- 2 apontaram que o motivo foi uma gravidez.

Com alunos evadidos no ano de 2019, foram aplicados o questionário para 10 pessoas, sendo 5 do sexo masculino e 2 do feminino, com idades de 16 e 17 anos matriculados nas turmas do 1º ano; 2 do sexo feminino e 1 masculino, todos com 16 anos, matriculados nas turmas do 2º ano. Desses, 3 se autodeclararam negros e 7 se autodeclararam pardos. A renda familiar girando entre 1 e 2 salários mínimos. Questionados sobre as causas que os levaram a se evadirem da escola, foi apontado pelos jovens da seguinte forma:

- 3 apontaram dificuldades em acompanhar o conteúdo ensinado;

- 3 apontaram a necessidade de trabalhar para complemento da renda família;
- 4 apontaram que o motivo foi uma gravidez.

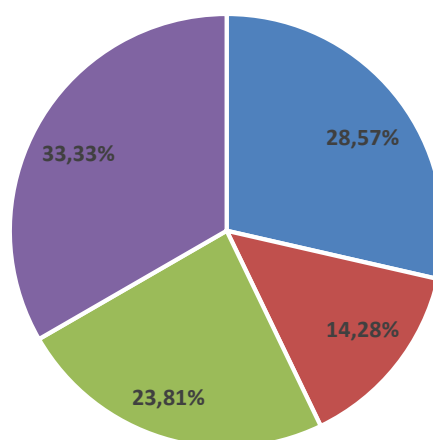
Em resumo, foram entrevistados um total de 21 pessoas entre idades entre 15 e 17 anos que estavam matriculados nas turmas de 1º, 2º e 3º anos do ensino médio, nos anos de 2017, 2018 e 2019. Do total, 11 são do sexo masculino e 10 do sexo feminino. Veja no gráfico ilustrativo:



Fonte: elaboração própria, com base nos dados fornecidos pela Esc. Arcelino F. do Nascimento, 2021.

No geral, as causas que os levaram a desistir dos estudos foram: dificuldades em acompanhar o conteúdo ensinado, falta de interesse pelo que é ensinado, necessidade de trabalhar para complemento da renda família e gravidez na adolescência. Segue abaixo o gráfico com os comparativos em termos de percentuais:

GRÁFICO 08 - Motivos da evasão



- Dificuldades em acompanhar o conteúdo ensinado
- Falta de interesse pelo que é ensinado
- Necessidade de trabalhar para complemento da renda família
- Gravidez na adolescência

Fonte: elaboração própria, com base nos dados fornecidos pela Esc. Arcelino F. do Nascimento, 2021

O ensino médio pode ser considerado a etapa mais complicada vivida pelos indivíduos. Pois é nessa fase que os alunos, sobretudo os oriundos da classe trabalhadora, encontram maiores obstáculos para continuar os estudos. Sendo assim, são muitas as barreiras que os fazem querer abandonar a escola. Para potencializar ainda mais o problema, é nessa fase da vida que o sujeito quer, e/ou precisa, começar a trabalhar para adquirir sua liberdade financeira ou, na maioria dos casos, para contribuir com a renda familiar. Porém, a problemática do abandono escolar tem causas distintas e diversificadas.

Entretanto, os alunos participantes da pesquisa enfatizaram que as dificuldades em acompanhar o conteúdo ensinado, a falta de interesse pelo que é ensinado, a necessidade de trabalhar para complemento da renda família e a gravidez na adolescência como sendo os principais fatores que os levaram a abandonar os estudos. Nesse sentido, é perceptível que a escola pública continua distante de responder aos anseios dos jovens que buscam na educação formal uma forma de ascensão social pela inserção no escasso mercado de trabalho.

CONCLUSÃO

Ao buscar a compreensão das causas da evasão escolar e identificar os possíveis fatores que a legitima, seja do ponto de vista dos trabalhadores em educação, seja na ótica dos alunos, o presente estudo, ressaltou que tanto a escola, representada pelo Estado, quanto a família, se perdem na dimensão e na complexidade das relações sociais internas e externas que interferem no processo socioeducativo dos sujeitos. Ou seja, não existem medidas imediatas para problemas estruturais da nossa sociedade e da nossa educação. Nessa ótica, para começar a resolver os problemas de evasão, é necessário compreender, primeiramente, as suas raízes sociais e seus condicionantes. Quanto às políticas sociais e educacionais cabe a nós, profissionais da educação, enquanto cidadãos, cobrar aos governos mais ações que tenham como objetivos amenizar a precarização da educação pública. Portanto, é preciso que nossos alunos não tenham que escolher entre sua formação e seu alimento diário, entre concluir o ensino básico e continuar tendo uma moradia e uma vida minimamente decente.

A discussão aqui apresentada visa a reflexão da problemática em questão levando em consideração a responsabilização de todos os responsáveis, e não apontar apenas para uma direção. Qual a visão dos trabalhadores sobre as causas da evasão escolar? E como fazer para que os educandos permaneçam nas escolas, sem precisarem abandonar a sala de aula? A partir desses questionamentos, o problema central da pesquisa foi formulado da seguinte maneira: Quais são os fatores que influenciam alunos do ensino médio da Escola Estadual Arcelino Francisco do Nascimento a desistirem de concluir o ano letivo?

É importante ressaltar que esse debate não se esgota por aqui, e tampouco foi intuito desse trabalho concluir o debate. A partir das reflexões, discussões e propostas aqui suscitadas o que pode-se concluir de fato é que a educação pública precisa ser sempre repensada e estar constantemente sendo reconstruída. Nesse sentido, buscou-se apontar o objeto central do trabalho inicialmente realizando uma análise contextualizada da educação brasileira sob a ótica das desigualdades sociais, fazendo um comparativo sobre o viés do direito garantido pela CF-1988. A partir daí, discutimos sobre a concepção de educação sobre a perspectiva de se constituir como um referencial de ascensão e transformação

social, inserindo-se como estratégia importante no processo de luta contra as desigualdades sociais.

Sabemos que a educação é um trabalho conjunto e que, enquanto profissionais da educação, não podemos suprir as demandas familiares e sociais. No entanto, se cumprirmos com as nossas obrigações, um grande passo já estará sendo dado. Assim, enquanto profissionais da educação pública nos cabe refletir dioturnamente sobre as possíveis soluções que possam elevar a motivação dos nossos alunos, fazendo com que estes tenham consciência da importância do estudo para sua formação enquanto cidadão. Vale ressaltar também, que nenhuma forma motivacional irá surtir efeitos se não considerarmos as especificidades de nossa clientela.

Os fundamentos da ação pedagógica desenvolvida pela escola devem ser baseadas sob as dimensões política, social e econômica, no sentido de aprimoramento da participação do indivíduo nas atividades coletivas sobretudo na conscientização para a cidadania plena. Assim, o processo de ensino e aprendizagem permite o desenvolvimento de habilidades que reverberam diretamente no ambiente social mais amplo. Portanto, o eixo principal do trabalho educativo formal leva à ampliação dos conhecimentos das crianças e dos jovens, na forma de novas competências e habilidades e práticas que estimulam a busca pelo conhecimento como algo prazeroso, que potencializa a construção de projetos de vida, via projeto emancipatório. Ou seja, a articulação entre os conhecimentos prévios e a aprendizagem vivenciada na escola permite ao indivíduo o desenvolvimento necessário para uma vida adulta de sucesso e protagonismo.

Contudo, entendemos que a educação assume responsabilidade importante no processo de formação dos sujeitos, levando-se em consideração os lugares e os significados a ela atribuídos por meio de novas formas de fazer educação. Visto que a dimensão da educação se encontra para além dos conhecimentos sistematizados e acumulados na dinâmica do ensino escolar, e se legitima nos mais diversos espaços da sociedade, que também de profunda responsabilidade no processo de transformação e de rompimento ao processo de dominação e alienação, que é essência da sociedade capitalista. Assim sendo, ressalta-se a importância da educação como contributo político, formativo e fomentador de projetos de vida e estimulador do processo de emancipação

humana.

Verificou-se também que a escola, dentro de suas limitações, assume a responsabilidade de combater as causas e as consequências da evasão escolar, haja vista o pouco interesse do Estado em assumir essa parcela de responsabilidade dentro de uma política pública forte e específica direcionada ao problema em questão.

As entrevistas realizadas nos permitiram uma aproximação ainda maior com o objeto de estudo. Por meio do estudo de caso foi possível coletar informações acerca da relação evasão e o trabalho pedagógico da escola no que se refere a articulação, comunicação e participação junto as propostas educacionais voltadas para a temática da pesquisa.

Contudo, os dados coletados e analisados na pesquisa permitiram identificar as causas e as consequências da evasão escolar, assim como a importância da educação escolar pública por meio dos conteúdos e saberes legalmente a serem transmitidos, que são de fundamental importância no processo de formação cidadã e na construção de projeto emancipatório de vida.

No que se refere aos sujeitos entrevistados, foi possível perceber um pouco de suas histórias de vida, compreender suas condições socioeconômicas e entender os motivos que os levaram ao processo de evasão escolar. Foi possível também perceber e analisar o trabalho que a escola vem fazendo para combater os problemas do abandono e do fracasso escolar. Mesmo diante de suas limitações, no tocante a falta de estrutura adequada para resolver o problema, demonstrou estar atenta às necessidades e demandas dos indivíduos por ela atendidos, frente ao seu contexto individual, familiar e comunitário. Percebeu-se ainda, o comprometimento dos profissionais da escola em estreitar as relações com seus alunos no que se refere a desconstrução dos motivos que podem, e/ou levaram ao abandono da escola. Assim, pode-se perceber que a escola tem buscado replanejar e aprimorar suas estratégias no combate ao fracasso escolar.

Com os entrevistados da escola (gestão e professores), foi importante coletar informações acerca da profundidade do grau da problemática e a importância de mais atenção, em forma de investimentos, na escola pública. Contudo, essa fragilização sob a forma de pouco investimentos, remete a um esgotamento e desestímulo por parte dos profissionais da educação o que pode ocasionar o agravamento do problema.

Sabemos que a evasão é considerada um dos mais graves problemas que causa uma série de fatores determinantes para o fracasso escolar. Até agora sabe-se que são várias as consequências como a repetência e até mesmo situação em que o aluno chega ao ensino médio sem base qualquer, acarretando a insegurança, a desmotivação e acaba evadindo da escola. Portanto, o abandono escolar é um dos problemas que afligem muitas escolas. Sendo assim, o problema da pesquisa foi elucidado considerando a realidade vivenciada pelos professores da escola, bem como a literatura sobre a temática, que forneceu elementos para entender os motivos que levam os alunos a não concluírem o ano letivo no ensino médio.

No que diz respeito as práticas de educação desenvolvidas pela escola ficou evidenciado, em termos de procedimentos, que contam com equipe de educadores comprometidos com metodologias de trabalho definidas e alinhadas com as normas central, além da utilização de instrumentos e mecanismos que permitem identificar resultados significativos na formação educacional dos indivíduos. Nesse sentido, constatou-se a utilização de mecanismos que permitam identificar resultados significativos na formação educacional, haja vista os instrumento de acompanhamento que possibilita identificar por meio de dados qualitativos e quantitativos os fenômenos que ocasionam o objeto da pesquisa em tela. Tais dados ganham relevância por meio dos relatos dos educadores, professores e alunos.

Como já foi bastante frisado, o fracasso escolar é considerado um dos graves problemas do sistema escolar brasileiro, principalmente entre as camadas carentes da sociedade, além de ter relação direta com o grande número de reprovações nos anos iniciais do fundamental, assim como no ensino médio. Como visto, são vários fatores e as mais diversas causas da infrequência do aluno e, conseqüentemente, da evasão escolar. Como visto, os fatores mais relevantes que contribuíram para os de abandono no ensino médio no município de Bandeirantes do Tocantins, de acordo com dados levantados pela pesquisadora, nos anos de 2017, 2018 e 2019 foram:

- Gravidez precoce (33,33%);
- Dificuldades em acompanhar o conteúdo ensinado (28,57%);
- Necessidade de trabalhar para complemento da renda família (23,81%);
- Falta de interesse pelo que é ensinado (14,28).

Esses dados podem revelar muitas coisas para além dos apontados diretamente pelas respostas dos entrevistados, se verificarmos que no sistema público de ensino, os professores geralmente desconhecem o perfil biopsíquico-social dos alunos. Sendo assim, os docentes tendem a ministrarem aulas padronizadas, levando em consideração o aluno ideal e não a sua clientela real nas suas várias histórias de vida. Nesse caso, não resta dúvidas de que a culpa pelo insucesso do ensino recai sobre a forma como o sistema trabalha a concepção e a didática de ensino. Um exemplo disso, são aulas monótonas ministradas por professores que falam sem parar diante de alunos passivos e desinteressados.

Todavia, cabe ao sistema macro que planeja e administra o ensino, identificar essa deficiência por parte dos profissionais do magistério e buscar ofertar formação continuada no sentido de suprir essa deficiência. Visto que os professores ao perceberem que os alunos não estão tendo o rendimento esperado, ficam insatisfeitos com o modo como ministram suas aulas e desejam conhecer novas formas de tornar o ensino mais atraente e agradável. Já dizia Freire (1996, p. 23):

O sentido de ensinar não é transferir conhecimento, conteúdos e nem formar, é ação pela qual um sujeito criador da forma, estilo ou alma a um corpo indeciso ou acomodado.

Depreende-se disso, que a escola deve se preocupar em promover salas de aulas interativas, que seria um ambiente em que o professor saia da postura de entender o aluno como tábua rasa e passar a interagir num processo de assimilação e construção do saber, permitindo que o sujeito que aprende também se torne protagonista na construção do conhecimento. Sendo assim, o aluno passa de espectador passivo a ator situado num jogo de preferência, de opções, de desejos e de estratégias, podendo ser emissor e receptor no processo de intercompreensão. E a educação formal se torna um processo de troca de experiências de vida e ações que cria e recria o conhecimento, e não apenas o reproduz. Pochmann, (2004, p. 390) justifica que:

A expansão da escolaridade deve ser vista não apenas do ponto de vista da produtividade, mas especialmente da cidadania. Para que o país possa colher os frutos da sociedade do conhecimento, deve-se amentar o ritmo do crescimento econômico e de acumulação do capital, promovendo simultaneamente uma redistribuição do tempo de trabalho e da renda. Dessa forma, amplia-se o retorno social do investimento.

Por outro lado, o discente precisa que a escola seja atrativa, agradável e acolhedora; que privilegie o diálogo e inclua, em sua prática diária, temas interessantes para serem trabalhados a partir da sondagem junto aos alunos, para que os professores possam desenvolver práticas inovadoras em sala de aula. Junto a isso, precisam que os professores desenvolvam aulas dinâmicas, e que assumam a postura democrática de mediadores do saber das novas tecnologias da educação com as práticas didáticas do cotidiano.

Contudo, é urgente a mudança de concepção de educação básica pública. Diante disso, faz-se necessário repensar as práticas atuais e conceber a escola como o *lócu* privilegiado do diálogo entre gestores, professores, funcionários e alunos para que novas ideias surjam, para que a participação do aluno seja fundamental e para que haja interesse e permanência deste na escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ALVES, Alda Judith. **O planejamento de pesquisas qualitativas em educação.** Caderno de Pesquisa. 77. São Paulo 1991.

ALVES, Doralice Veiga. **Psicopedagogia: Avaliação e Diagnóstico.** 1 Ed. Vila Velha- ES, ESAB – Escola Superior Aberta do Brasil, 2007.

ANDRADE, E. G. C. Família, escola e a dificuldade de aprendizagem: intervindo sistematicamente. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas V. 7. N. 2 p.171-178, dez 2003.

AQUINO, Júlio Grappa. **ERRO e fracasso na escola alternativa e práticas.** 2ª Ed. São Paulo: Summus, 1997.

ARAUJO, G. C. **Estado, política educacional e direito à educação no Brasil.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 279-292, jan./abr. 2011. Editora UFPR.

ARROYO, Miguel. **Algumas questões sobre educação e enfretamento da pobreza no Brasil**, Em aberto, Brasília. V.30, n.99 p.147-158, Maio/agosto. 2017.

BOTLER, Alice. Gestão escolar para uma escola mais justa. **Educar em Revista.** V34, n 68, p.89-105, mar/abril. Curitiba, Brasil 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** Coleção Primeiros Passos - 49ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2007**. Acesso em 14 set. 2009. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/>

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

_____. Câmara dos Deputados. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 7. ed. Brasília, DF, 2010.

_____. Decreto nº 5.622, de 19 de Dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (referente ensino a Distância). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2005.

_____. Decreto Legislativo nº 006, de 20 de março de 2020. Reconhece, estado de calamidade pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 mar. 2020.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 Set. 2018.

<<http://www.12.senado.leg.br/> Acesso em: 02 out. 2021

_____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da República.

_____. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**.

_____. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**.

_____. **O Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº. 8069, de 13 de julho de 1990.

BRUN, Carla. A qualidade da educação brasileira: realidade e preceitos constitucionais Pesquisa CNI-IBOPE: **Retratos da Sociedade Brasileira**: Problemas e Prioridades do Brasil para 2014, fevereiro 2014 / Confederação Nacional da Indústria. – Brasília: CNI, 2014.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero – Feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANO, Maria. **Estratégias de Advocacy no Terceiro Setor enquanto função das Relações Públicas**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Instituto

Politécnico De Lisboa Escola Superior De Comunicação Social, Lisboa/Portugal, 2014. Disponível em: https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/4663/1/doc%20final.v01_Maria_Cano.pdf. Acesso em: 10 mai. 2019

DEROUET, Jean-Louis. Crise do projeto de democratização da educação e da formação ou crise de um modelo de democratização? Algumas reflexões a partir do caso francês (1980-2010). **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 31, n. 112, p. 1001-1027, jul.-set. 2010 99.

DUBET, François. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, set./dez. 2004.

CURY, Carlos Roberto J. A educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008.

FERREIRA, F. A. **Fracasso e evasão escolar**. 2016. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.com/orientacao-escolar/fracasso-evasao-escolar.htm>>. Acesso em: 03 março de 2021.

FONSECA, Vítor da. **Introdução às Dificuldades de Aprendizagem**. 2º Ed. Porto Alegre: Artmed, 1995.

FRACASSI, Jane. **A Importância do Assistente Social no Contexto Escolar**. SINOP: Mato Grosso. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros inscritos**. São Paulo. Editora UNIESP, 2000.

GOHN, Maria da Glória. O novo associativismo e o Terceiro Setor. **Revista Serviço Social e Sociedade** n. 58, 1998.

_____ (2006). Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio- Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p.27-38. 2006.

_____ (2009). Educação não formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. **Meta: Avaliação** | Rio de Janeiro, v. 1, n. 1. jan./abr. 2009.

_____ (2010). **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez – Coleção questões da nossa época; v.1, 2010.

_____ (2011). **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativo do terceiro setor**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____ (2014). Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. **Investigar em Educação - IIª Série, Número 1**, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A formação e a profissionalização do educador: novos desafios, In: GENTILI, Pablo; SILVA Tadeu (Orgs.) **Escola S.A. quem ganha e quem**

perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996.

FURTADO, Ana Maria Ribeiro, BORGES, Marizinha Coqueiro. Módulo: **Dificuldades de Aprendizagem.** Vila Velha- ES, ESAB – Escola Superior Aberta do Brasil, 2007.

GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil.** 7ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. (Educação e conhecimento). 134 p.

GENTILI, Pablo. **Desencanto e Utopia: A educação no labirinto dos novos tempos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GUZZO, Raquel Souza Lobo; EUZEBIOS FILHO, Antonio. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. **Escritos educ.**, Ibirité , v. 4, n. 2, p. 39-48, dez. 2005 . Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 04 maio 2021.

KUENZER, Acácia Zeneida. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In : FERREIRA, Naura S. C. (org). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.** São Paulo: Cortez,2003.

LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola.** Goiânia: Alternativa, 2001.

MAGNAVITA, Cláudia. **Educação a Distância: Desafios Pedagógicos.** In: ALVES, Lynn; NOVA, Cristiane (orgs.) **Educação e Tecnologia: Trilhando Caminhos** Salvador: Editora da UNEB, 2003.

MARX, K. **A questão judaica. Sobre a questão judaica, tradução Nélio Schneider,** [tradução de Daniel Bensaïd, Wanda Caldeira Brant]. - São Paulo :Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

NASCIMENTO, José Almir do. **A educação como dispositivo de proteção integral à criança e ao adolescente: um discurso de qualidade.** Tese (doutorado) – UFPE, Recife, 2018.

PAÍN, Sara. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola pública.** São Paulo: Ática, 2005.
OLIVEIRA, Pedro Paulo. **Discursos sobre a masculinidade.** Revista Estudos Feministas. Florianópolis: Editora Getúlio Vargas, 2019.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia,** 1997.

PIAGET, J. **Problema de psicologia genética.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

_____. **O pensamento e a linguagem na criança**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

POCHMANN, Márcio. FERREIRA, Eliza Bartolozzi. Escolarização de jovens e igualdade no exercício do direito à educação no Brasil: embates do início do século XXI. **Revista Educação e Sociedade**., Campinas, v. 37, nº. 137, p.1241-1267, out.-dez, 2016.

POCHMANN, Márcio. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? **Revista Educação e Sociedade**., Campinas, v. 25 nº. 87, p.383-300, mai.-ago. 2004.

PONCE, A. **Educação e luta de classes**, 15 ed., São Paulo: Cortez, 2005.

RÖHRS, Hermann. **Maria Montessori**. Recife: Massangana, 2010.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 7 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, D. Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual momento brasileiro. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 21, Número 3, Setembro/Dezembro de 2017.

SCALON, Celi. SALATA, André. Desigualdades, estratificação e justiça social. **Revista Civitas**, v16, n.2, abr-jun.2016.

SMITH, C.; STRICK, L. **Dificuldades de Aprendizagem de A a Z**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SOUZA, E.M. **Problemas de aprendizagem - criança de 8 a 11 anos**. Bauru: EDUSC, 1996.

VIEIRA, Sofia Lerche (Org.); DAVIS, Cláudia; GROSBAUM, Marta W.; PENIN, Sonia T. Souza *et al.* **Gestão da Escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

WEISS, L.M.L.L. **Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. Rio de Janeiro: D.P & A. 1997